

um Natal de crise e de luta para os trabalhadores portugueses

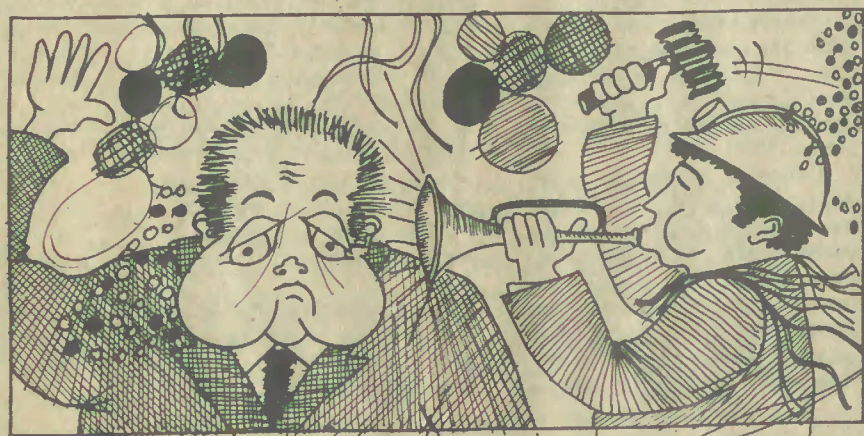


Manifestação em S. Bento frente à Assembleia da República...



... e manifestação no Rossio contra os salários em atraso. Um Natal de luta contra a política de miséria do Governo Soares/Pinto. **Pág. 3**

mas vamos fazer de 1985 um ano novo com outro governo e outra política!



FESTAS do PCP de FIM do ANO

Pág. 5

Suplemento /

Entrevistas

- **Tarek Chehab**
vice-presidente do Partido Socialista Progressista Libanes
- **Saleh Raafat**
membro do Bureau Politico e do Secretariado do Comité Central da Frente Democrática de Libertação da Palestina
- **Samer Salach**
membro do Bureau Politico e do Secretariado do Comité Central da Frente Popular de Libertação da Palestina
- **Rida Hamed**
membro do Comité Central da Fatah

Reportagens

LISBOA



**MORREU
O MARECHAL
USTINOV**

• **Telegrama
de condolências
do PCP ao PCUS**

Pág. 2

Editorial

BALANÇO DE UM ANO DE LUTA
— 1985 ANO DECISIVO19
Quarta-feira

Viva o Separatismo...

Mota Amaral, presidente do Governo Regional dos Açores e dirigente do PSD defende, em declarações à imprensa açoriana, a legalização da organização separatista FLA, convidando os dirigentes separatistas a constituírem-se como «organização cívica». ■ A Associação dos Industriais da Panificação de Lisboa torna público um aumento de 20 por cento do preço do pão, o aumento, que se prevê entre em vigor em 1 de Janeiro, leva o «papo-seco» a custar quatro escudos ■ Em intervenção proferida na Assembleia da República durante o debate da moção de censura do CDS ao Governo, o deputado do PCP, Octávio Teixeira, revela que em menos de um e meio o Executivo fez vender 750 milhões de dólares de ouro ■ O presidente do governo autónomo basco, Carlos Garaikoetxea, é destituído das suas funções após um voto de desconfiança do Partido Nacionalista Basco, maioritário na Assembleia Nacional ■ A primeira-ministra britânica, Thatcher, assina em Pequim, com o seu homólogo da China Popular, o acordo que restituirá Hong Kong à soberania parcial chinesa em 1997.

20
Quinta-feira

Marchas de protesto na capital e em outras localidades do País, reunindo muitos trabalhadores, manifestam-se contra o escândalo dos salários em atraso ■ Em Braga, o arcebispo da arquidiocese recebe uma delegação da União dos Sindicatos do distrito, em audiência solicitada por estes, e manifesta-lhes a solidariedade da Igreja perante a situação dos trabalhadores com salários em atraso ■ A moção de censura do CDS ao Governo é votada de madrugada na Assembleia da República, com o apoio do partido censurante, do PCP e do deputado de «Os Verdes»; votaram contra os partidos da maioria e a ASDI; as restantes formações absteram-se ■ O PCP apresenta ao Conselho de Comunicação Social queixa contra a RTP, com fundamento na violação dos princípios constitucionais legais sobre o pluralismo e a objectividade de informação ■ Delegações de Moçambique e de Angola, chefiadas pelos respectivos presidentes, debatem em Maputo as acções dos bandos armados que actuam nos dois países ■ A OCDE divulga em Paris as suas previsões para o próximo ano, concluindo que em Portugal os salários reais vão continuar a baixar ■ Não querendo ficar atrás do seu correligionário açoriano, Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, elogia na própria Assembleia Regional os separatistas da FLAMA, apelando-os de «resistentes de 1974 e 1975» ■ Com 76 anos de idade, morre o ministro da Defesa da URSS, Marechal Dmitri Ustinov.

21
Sexta-feira

A maioria coligada, apoiada na ASDI e no CDS, aprova na Assembleia da República as propostas de Lei governamentais sobre o Estatuto dos Magistrados Judiciais e a Lei Orgânica do Ministério Público, aumentando assim os «perigos de governmentalização da magistratura», conforme denunciaram os deputados comunistas ■ Terminam em Maputo os dois dias de conversações entre as delegações chefiadas pelos presidentes de Angola e Moçambique ■ Despede-se a delegação da Fatah que visitou Portugal a convite do PCP; o chefe da delegação visitante classificou como «frutuosas» as conversações com os dirigentes comunistas portugueses ■ O bispo de Setúbal, em mensagem de Natal dirigida à sua diocese, afirma que em Portugal «a vida se pensa e se organiza e se processa sem moral, porque domina o interesse, o oportunismo e a corrupção».

22
Sábado

Reformados contra o governo

Milhares de reformados participam em manifestação silenciosa, protestando, na marcha que os conduziu do Terreiro do Paço ao Rossio, em Lisboa, contra as pensões de miséria; a marcha da fome concluiu com um comício em que foi pedida ao Presidente da República a demissão do Governo ■ Em Pinhel, a Câmara Municipal aprova, com votos favoráveis dos vereadores do PS, PSD e APU, a perda do mandato do presidente do Município, o cedêsse Alfeu Campos, após debate de um relatório do MAI que refere «graves irregularidades na gestão municipal» ■ O Presidium do Soviète Supremo da URSS nomeia o Marechal Serguei Sokolov como ministro da Defesa da União Soviética, em substituição do falecido Marechal Dmitri Ustinov.

23
Domingo

PR recebe trabalhadores

Delegação de trabalhadores com salários em atraso é recebida em Belém pelo Presidente da República ■ O Vice-Primeiro-Ministro da URSS, Ivan Akipov, é recebido em Pequim, no Palácio do Povo, pelo chefe do governo chinês, no início de uma visita de nove dias que o dirigente soviético efectua à República Popular da China ■ O jornal espanhol «El País» revela que o Ministério da Cooperação Económica da RFA concedeu, entre 1980 e 1985, 16,8 milhões de dólares a quatro fundações espanholas para «formar e aconselhar partidos e sindicatos espanhóis» ■ Grave explosão registada no rápido Nápoles-Roma-Milão, quando este comboio atravessava o túnel entre Florença e Bolonha, faz quatro mortos e um grande número de feridos, admitindo a polícia que a catástrofe tenha sido originada por atentado bombista.

24
Segunda-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, almoça em Belém com três casais de emigrantes. Na mensagem de Natal e Ano Novo dirigida aos emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo e transmitida pela televisão e pela rádio nos países com comunidades portuguesas, o PR afirma: «Sem fecharmos os olhos às dificuldades, mas também sem os fecharmos à esperança, saibamos procurar aqui, na terra de partida, como em todos os destinos para onde fostes levados, os caminhos de um Portugal justo e fraterno, de um Portugal com lugar para todos os portugueses» ■ Dominic McGlinchey, dirigente do Exército Nacional de Libertação Irlandês, é condenado a prisão perpétua por um tribunal de Belfast, que o considerou responsável pela morte da mãe de um polícia, há 7 anos.

25
Terça-feira

«A crise está à vista de todos e de nada vale tentar ocultá-la ou diminuí-la as dimensões reais», afirmou o Cardinal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, na sua mensagem de Natal dirigida ao País. Intitulada «Natal de esperança em tempo de crise», a mensagem refere, nomeadamente, a grave situação de desemprego e a diminuição do valor real dos salários, «tantas vezes pagos com atraso» ■ Na Grés Impressores (Cacém), os trabalhadores passam o Natal em vigília defendendo o património da empresa e os postos de trabalho, forma de luta que decorre desde o passado dia 19 ■ Entre o meio-dia de sexta-feira e as 17 horas do dia 25 de Dezembro, dia de Natal, a BT da GNR registou 500 acidentes nas estradas portuguesas ■ Intervindo num comício realizado nos arredores da capital moçambicana, o presidente Samora Machel acusa: Lisboa é sede dos bandidos da «Renamo». O dirigente da RPM condena a impunidade com que o Governo português permite a liberdade de acção daquela organização terrorista.

A nteontem foi Natal. Dentro de quatro dias termina o ano de 84 e começa o de 85. Vem aí o novo ano na rotina do calendário.

Gostariamos de encimar este apontamento político do último «Avante!» de 84 com uma legenda alegre e simples. Talvez uma coisa assim:

«O povo português viveu festivamente a quadra do Natal. As nossas crianças tiveram risos, brinquedos e doces. A consóada do «bacalhau-com-todos» durou até às tantas. Vamos agora com alegria e esperança festejar o Ano Novo».

Mas seria, evidentemente, uma legenda enganadora. Este Natal de 1984 não foi feliz nem festivo para milhões de famílias portuguesas. E a esperança — a esperança legítima de um novo ano mais feliz e de uma necessária mudança de rumo que está ao alcance do nosso povo — tem de ser amassada numa luta tenaz e dura que exige o empenhamento a fundo do movimento operário, popular e democrático.

N este final do ano de 84 uma elementar visão retrospectiva da obra do Governo de coligação PS/PSD conduz à irrevogável condenação da clique Soares/Mota Pinto e da sua política antipopular de ruína, miséria e fome.

Conduz também à verificação de condições maduras para o pôr na rua, para operar uma necessária mudança de política, para dar expressão prática a uma alternativa democrática.

A resoluta condenação da clique governante afirma-se concludente e severa na crescente resistência popular e na sua vigorosa expressão política de massas, em poderosas lutas e acções pelo pão, contra o desemprego, pelo direito ao trabalho e a uma remuneração digna, contra a repressão estatal e patronal e as constantes violações da legalidade democrática, pela defesa das liberdades dos cidadãos, da Paz, das conquistas de Abril, da independência nacional.

O vigor e amplitude crescentes do movimento popular de massas possibilitam as necessárias decisões institucionais e políticas que o momento exige.

O ano que termina agora é um ano da mais completa degradação política governativa desde o 25 de Abril de 1974.

O Governo Soares/Mota Pinto revelou de maneira mais crua do que qualquer dos que o antecederam desde 1976 o carácter profundamente odioso e reaccionário da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e a sua verdadeira natureza de classe.

Quando dizemos que a clique Soares/Mota Pinto conduziu o País à beira do desastre não é de maneira alguma uma afirmação gratuita ou subjectiva ou uma figura de retórica, de agitação política, mas uma realidade inteiramente comprovada pelos factos.

É o resultado lógico, a consequência verificada de uma política que nas últimas semanas, com a renovação do acordo entre os dois campos do Governo, se definiu com maior clareza ainda como um sinistro projecto de restauração a curto prazo de um novo Estado totalitário e policial, de um novo poder dos monopólios.

Neste ano de 84 Mário Soares mostrou como nunca a sua verdadeira face de servidor do grande capital e do imperialismo, de inimigo da Revolução de Abril, de político que não hesita em sacrificar os interesses do povo e do País às suas ambições pessoais e de classe.

A crise global que neste final do ano atingiu de maneira mais dura do que nunca a existência diária dos portugueses foi levada pelo actual Governo à sua expressão mais aguda.

É uma crise global que se decompõe em várias crises: Crise económica e financeira; crise social; crise moral e cultural; crise institucional e política.

No plano económico e financeiro o ano de 1984 vai terminar e o de 1985 iniciar-se sob o signo da recessão produtiva na indústria e na agricultura (nesta apesar das condições climáticas favoráveis).

Acentuou-se a subutilização da nossa capacidade instalada de produção e a nossa dependência do exterior. A melhoria do défice da balança comercial é fictícia. A análise da sua mecânica interna conduz a conclusões opostas às que o Governo exhibe.

A queda brusca do poder de compra da população contraiu gravemente o mercado nacional.

A desordem orçamental e uma gestão financeira perdurária e ruinosa conduziram a uma situação de pré-ruptura do sistema financeiro e a uma perigosa desorganização do sistema bancário.

O garrote da dívida externa asfixia o nosso desenvolvimento económico e compromete o futuro das gerações vindouras.

Dmitri Ustinov

O camarada Dmitri Fiodorovich Ustinov que faleceu na passada semana, era membro do Partido Comunista da União Soviética desde 1927 e pertencia ao Comité Central desde 1952. Entre 1965 e 1976 foi secretário do CC e candidato a membro do Bureau Político. Era membro do Bureau Político desde 1976.

Nascido em Samara (antiga Kuibyshev) em 30 de Outubro de 1908, de família operária, Dmitri Ustinov concluiu a Escola Técnico-

lista e à defesa da paz mundial.

Nesta hora de luto e dor para os comunistas e o povo soviético, o Comité Central do Partido Comunista Português enviava-lhes as suas sentidas condolências e expressava-lhes os sentimentos de fraterno solidariedade dos comunistas portugueses.

O Comité Central do Partido Comunista Português.

O encerramento de numerosas empresas e o aumento das falências técnicas e fraudulentas são índices de uma situação de ruína na indústria, na agricultura, no comércio.

Os números são esclarecedores: recuo de 2% no Produto Interno Bruto que na construção chega a atingir os 7%. Utilização de apenas 68% da capacidade produtiva instalada. Défice orçamental de mais de 305 milhões de contos, revelador de um buraco de 73% sobre o inicialmente previsto. Quebra no volume das vendas comerciais superior a 40% com expressão ainda mais tangível no movimento desta quadra do ano normalmente mais elevado.

Atenuamento do nosso comércio externo num reduzido número de países capitalistas, designadamente dos Estados Unidos; nosso principal fornecedor de mercadorias, a quem temos de pagar os produtos importados em dólares supervalorizados.

Uma brutal dívida externa de cerca de 16 000 milhões de dólares e mais de 400 milhões de contos de juros e amortizações.

300 milhões de crédito mal parado e uma fuga de capitais que só nos últimos dois meses calcula-se ter ascendido a cerca de 50 milhões de contos.

Se a esta simples expressão numérica se acrescentar as condições leoninas dos acordos de autêntica dependência com o FMI, e a autodestruição prévia de importantes sectores produtivos na perspectiva de uma hipotética, cada vez mais folhetinesca e — felizmente para os portugueses — cada vez mais distante adesão à CEE, ai temos o sombrio quadro económico e financeiro que este daninho Governo Soares/Mota Pinto deixa ao País neste final de 1984.

No plano social, o agravamento generalizado e a degradação das condições de vida do povo, particularmente das classes trabalhadoras, assumiram aspectos dos mais preocupantes. Aumento brutal do custo de vida, quebra acentuada do salário real e do poder de compra dos salários, pensões e reformas; aumento do desemprego e do escândalo dos salários em atraso; crescente insegurança no trabalho pelo alargamento do número dos contratos a prazo; agravamento do problema habitacional; pronunciados recuos e bloqueamentos na segurança social; mais acentuado desequilíbrio do peso dos salários no rendimento nacional. Uma política agrícola que tornou insustentável o fardo da crise para dezenas de milhares de agricultores com a falta de garantia de preços prévios compensadores ao produtor, o esbulhamento do lucro agrícola pelos grandes intermediários, o aumento brutal do custo dos factores de produção, o encerramento de um grande número de matadouros municipalizados, o encerramento das feiras de gado, o agravamento das rendas para os sereiros de campanha e, a juntar a tudo isto, a destruição dos sectores mais florescentes da agricultura que lançou no desemprego e na miséria dezenas de milhares de trabalhadores com a feroz ofensiva contra a Reforma Agrária e ainda outras medidas anti-sociais praticadas no sector da agricultura pelo Governo durante o ano que está a findar.

No ensino, na saúde, na prestação de serviços, avolumam-se carências e negligências das mais gritantes.

E também neste capítulo são esclarecedores os números:

Cerca de 600 000 desempregados de que só 65 000 recebem subsídios; 150 000 trabalhadores com longos meses de salários por pagar e mais de 600 000 com contratos a prazo; aumento num ano de 30% na carestia da vida e o anúncio do aumento de 20% para o pão no início de Janeiro, e dos combustíveis, transportes e energia, são as broas do Governo neste dealbar de 1985; quebra de 13% nos salários reais com aumentos de apenas 20% em média dos salários nominais (18% para os reformados e pensionistas); défice de 700 000 fogos para habitação social, 10 000 processos de despejo só em Lisboa, dos quais 45% dos despejados não têm recursos para resolver os seus problemas habitacionais, milhares de fogos vagos aguardando os maneios eleitorais de Soares para serem ocupados enquanto milhares de portugueses vivem em barracas; aumento dos casos de fome, de suicídios e de surtos de perturbação psíquica por razões socioeconómicas; 195 UCP's destruídas; 657 000 hectares de terras, 240 000 cabeças de gado e 12 210 máquinas roubadas à Reforma Agrária.

Milhares de estudantes sem aulas. Desde o Verão, 66 das 477 escolas preparatórias estão encerradas e outras 41 em funcionamento parcial; 79 escolas secundárias das 348 existentes estão por abrir — eis alguns dos números que ilustram o drama social resultante da política antipopular do Governo Soares/Mota Pinto neste final de 1984.

Declaração conjunta
PCP/Fatah

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal, de 17 a 20 de Dezembro, uma delegação do Movimento de Libertação da Palestina (Fatah) composta por Hayel Abdel Hamed, membro do Comité Central, Zeyad Abu Tarek e Yehia Rabah.

A delegação da Fatah manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Domingos Lopes, suplente do CC.

A delegação da Fatah teve ainda um encontro com a DORL do PCP e visitou a «Mague» e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Durante as conversações procedeu-se a uma troca de informações sobre a luta e actividades das organizações respectivas, e aspectos da situação internacional, particularmente sobre a situação no Próximo e Médio Oriente.

Ambas as delegações condenaram a política agressiva, belicista e anexionista do governo sionista de Israel, apoiado e instigado pelo imperialismo norte-americano, tendo responsabilizado tal política pelo perigoso agravamento dos conflitos e da tensão em toda a

Moralmente, o Governo teve no ano que finda a irreversível condenação do povo português.

Multiplicam-se a sombra ou pela própria iniciativa do Poder os casos de imoralidade, de corrupção e de compadrio.

A Alta Autoridade Anticorrupção, talvez sem meios de actuar, queixa-se da falta de colaboração do Governo no apuramento dos numerosos casos conhecidos.

Os gastos sem cobertura orçamental de vários ministérios e ministros; o escandaloso aumento dos vencimentos dos ministros e deputados votado pela maioria governante e pelo CDS, ao mesmo tempo que esta mesma maioria rejeita discutir a proposta do PCP para solucionar o escandaloso problema dos salários em atraso, dão a imagem, não de uma inexistente «classe política» mas de uma significativa política de classe.

Os financiamentos do secretário de Estado do Trabalho, Rui Amaral, no montante de 5,8 milhões de contos, que se sabe terem sido utilizados pelo patronato para fins diversos, estão por apurar.

No ano de 84 confessados pelo secretário de Estado, Alípio Dias, foram gastos pelos ministros em viagens ao estrangeiro 4,5 milhões de contos e fala-se que uma verba igualmente volumosa se prevê para o Orçamento de 1985; só Mário Soares, de Janeiro a Junho, esteve fora do País 57 dias e depois disso mais uma data deles; o corripio das saídas de ministros ao estrangeiro tem sido uma prática corrente.

O fascista do «topo-gligio» na TV comprou por 40 contos o espólio de Florbela Espanca que vendeu depois ao Estado (Biblioteca Nacional) por 6000 contos!

Altas negociações deitaram «fumos» por vários estercoiros do Governo e do aparelho de Estado.

A deterioração moral da clique governante é uma coisa no Poder neste final de 1984.

No plano político e institucional adensam-se os factores de crise ao mesmo tempo que se multiplicam e amadurecem as condições favoráveis para correr com o Governo actual e para inverter o sentido da política actual.

O ano de 1984 fecha com inevitáveis e agudas tensões internas da coligação governante — produto das contradições agravadas da sua política e da crescente resistência popular, principalmente de um impetuoso ascenso da luta de massas contra a política antinacional da clique Soares/Mota Pinto, pela sua urgente demissão.

A chamada «renegociação» do acordo PS/PSD onde se «calendarizam» irrealizáveis atentados contra o regime democrático e o 25 de Abril, exprime, neste final do ano, a imagem verdadeiramente contra-revolucionária do soarismo e da clique governante, mostra que o «calendário» da demissão do Governo não pode ser indefinidamente protegido.

A «calendarização» das leis repressivas dos «serviços de informação», da «segurança interna» e outras; das leis laborais antipopulares; do pacote antiatautárquico; de novas leis eleitorais antidemocráticas são peças de um projecto subversivo e contra-revolucionário que é imperioso atalhar a tempo no plano político e no plano institucional.

Aqueles democratas que aguardam que a coligação estorpe por si e que lá para Fevereiro ou Março o soarismo «rebente pelos coses» e caia por si, laboram num perigoso erro.

O quadro partidário está em vias de alteração e garante uma das condições para uma alternativa democrática.

Mas é a luta do povo, a unidade, a convergência das acções e lutas no campo democrático extraordinária expressão neste final do ano que se afirmam como esteio principal das urgentes iniciativas que se impõem no plano político e no plano institucional.

E o povo, em particular os trabalhadores, são os pequenos e médios agricultores e empresários; são as milhares, os jovens operários e estudantes, os reformados que dão o exemplo.

O ano 1984 termina num caudal de lutas de importância decisiva para a demissão do Governo, a imposição de uma política alternativa e de uma alternativa política.

As vigílias, concentrações e marchas de fome de milhares de portugueses nestes últimos dias de Dezembro fecham com chave de ouro um ano de grandes lutas e acções, de um pujante progresso do movimento popular e democrático.

E neste impetuoso ascenso um papel de primeiro plano coube ao PCP. O ano de 1984 foi um ano de extraordinário revigoramento do PCP, da sua organização, da sua ligação às massas, da sua acção multiforme em todos os terrenos da luta do povo e na patriótica busca de soluções para os graves problemas nacionais.

Intensificar todo este processo é a mais sólida garantia de um Ano Novo mais feliz e promissor para o povo português.

partes interessadas, incluindo a OLP.

As duas delegações consideraram a política do imperialismo na região como uma expressão da sua política expansionista e militarista à escala mundial, cujo objectivo consiste em tentar travar o processo de libertação nacional e social dos povos e dos trabalhadores.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade a todos os povos em luta pela liberdade, o progresso social, contra o racismo, o sionismo, o colonialismo e o imperialismo.

As duas delegações consideraram que para defender a paz e prosseguir vitoriosamente a luta de libertação dos povos e dos trabalhadores, é fundamental o reforço da cooperação e solidariedade entre as grandes forças revolucionárias da nossa época: os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

Ambas as delegações expressaram a sua vontade de desenvolver as relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e a Fatah.

A visita decorreu em ambiente de amizade e camaradagem.

Lisboa, 18/12/84

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sôro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sôro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 693908 699615

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Central Distribuidor de Évora: Alarcova de Baxo, 13 - 7000 Évora Tel. 23631

Central Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto, R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 693908 699615

Central Distribuidor de Coimbra: Terreno da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 768402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936 776750

Porto - Rua do Almada, 19-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Hesk Portugal, R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem média do mês de Novembro: 39 507 ex.

Trabalhadores

Função Pública/Governo

Breve sumário de uma «embirração»

Nos últimos sete anos, todos os governos têm «embirrado» com a função pública. («Embirrado» é como quem diz.) Então desde que ela actua organizadamente nos seus sindicatos representativos, a «embirração» atinge o intolerável.

Na escalada governamental sempre apoiada na UGT, nem o direito à contratação colectiva é poupado.

Memorável se mantém o caso de Fevereiro findo, quando os divisionistas (SINTAP/FESAP/SITese/UGT) tiraram da cartola um «acordo histórico», com aumentos que não chegaram aos 16,5 por cento.

Prepara-se a UGT para extrair outro «acordo histórico» um ano depois?

De facto, o que pode suceder é que talvez em 1985 o secretário de Estado da Administração Pública, a secretário de Estado da Segurança Social, o ministro Almeida Santos e mais os outros ministros e secretários envolvidos no Orçamento não precisem tanto da UGT como em 1984... Nem a UGT deles.

Têm todos à disposição o chamado «conselho permanente da concertação social». E de resto a UGT também lá está — não se esqueça — ao lado da CIP, da CAP e do Governo em funções no mesmo «conceito». Mas os trabalhadores não estão.

Se estivessem, os trabalhadores da função pública (abreviados para TFP) poderiam contar com as vozes representativas de umas três dezenas de organizações sindicais que actualmente integram a **Frente Comum da FP** e a sua comissão negociadora sindical (CNS).

Mas se foi precisamente contra essas organizações sindicais representativas e contra todo o movimento sindical unitário que foi criado o tal «conselho permanente da concertação social» — que havia a fazer?

Lutar em reforço da unidade e coesão

A CNS da Frente Comum foi recebida, depois de laboriosas e prolongadas lutas, pelo ministro de Estado Almeida Santos, dito responsável pelo sector.

A reunião efectuada em 13 de Dezembro faz parte do prolongamento dessas lutas que se têm desenvolvido praticamente em toda a função pública desde a primeira apresentação a este Governo da **Proposta Reivindicativa Comum para 1985**, a dita PRC/85 que os governantes se empenham em ignorar desde 4 de Junho findo.

«Almeida Santos confirma agravamento da situação na função pública» — era o título da nota distribuída à Imprensa pela CNS, logo a seguir à reunião com o ministro de Estado.

Foram-lhe colocadas «três grandes ordens de questões», como diz a CNS, respeitantes, em resumo, ao reinício das negociações salariais; à política de rendimentos e preços e à respectiva incidência nos novos salários; por último foi-lhe comunicada a oposição dos sindicatos ao recente **acordo PS/PSD**.

O ministro — um dos principais responsáveis por esse acordo — responderia que «as negociações salariais serão reiniciadas na primeira semana de Janeiro de 1985»; que se comprometia «a dar instruções ao secretário de Estado da Administração Pública (chamase São Bento Meneses o mesmo), no sentido de este cumprir a lei da **negociação colectiva** (e não da contratação, repare-se) **garantindo a clareza de processos e a inexistência de discriminação dos sindicatos**»; que as carreiras e o seu «projecto de alteração» estão entregues ao «conselho permanente de concertação social»; que «as consequências para a função pública do acordo PS/PSD» confirmam «a intenção de o Governo **criar excedentes**», proceder a «**despedimentos** e reduzir em 10 por cento todas as remunerações acessórias». (Falta saber o que é «acessório» para este Ministério).

Por último afirmaria o ministro Almeida Santos, «quanto à política salarial para 1985», que, embora admitisse a **alteração da proposta Inicial do Governo**, previa «a continuação da quebra do poder de compra no próximo ano», isto é, em 1985.

Depois disto, o que há a fazer?

Primeiro recorde-se o longo processo de contactos e formas de luta para levar este Governo a negociar com os sindicatos representativos a revisão salarial para o próximo ano.

Evidentemente, as datas dizem respeito a 1984:

- **4 de Junho:** remetidos à governação os critérios gerais da proposta reivindicativa/85 aprovada pela Frente Comum;
- **26 de Junho:** primeira de uma série de seis «reuniões técnicas»;
- **17 de Julho:** reunião na Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP). Esta compromete-se a entregar o «projecto de carreiras» até 20 de Agosto e sugere à CNS (comissão negociadora sindical) o estabelecimento de um calendário para reuniões sobre salários, com início em Setembro, de modo a **garantir que as negociações estivessem concluídas antes da elaboração do Orçamento do Estado para 1985**;
- **1 de Agosto:** a CNS remete esse calendário. Propunha duas reuniões por semana. A primeira seria em 4 de Setembro;
- **1 de Agosto a 24 de Setembro:** insitências sindicais para aprovar o calendário e iniciar as negociações. Várias acções de luta: telegramas de numerosos locais de trabalho; cartas das direcções sindicais à SEAP; concentração de dirigentes sindicais, delegados e activistas;
- **24 de Setembro:** no seguimento de plenário de delegados sindicais em vários sindicatos e de concentrações junto da SEAP, é formalmente marcada a **primeira reunião para 28 de Setembro**;
- **28 de Setembro:** efectua-se a reunião com o secretário de Estado. O Governo calendariza a sua proposta de reuniões de negociação, que deve estar terminada em 24 de Outubro;
- **11 de Outubro:** a CNS é recebida por um chefe de gabinete. Não está presente nenhum membro do Governo. Não se marca data para nova reunião;
- **11 a 23 de Outubro:** continuam as concentrações de dirigentes sindicais junto à SEAP para serem recebidos;
- **13, 15 e 16 de Outubro:** para fazer o ponto da situação reúnem-se plenários em Lisboa, Porto e Coimbra. São adoptadas formas de luta;
- **23 de Outubro:** o chefe de gabinete recebe dois diri-

gentes para lhes comunicar apenas que a **Frente Comum iria receber uma carta sobre a ausência de diálogo por parte do Governo**. A carta explicaria que a interrupção das negociações era devida — palavras da CNS — «à falta de orientação do Governo acerca da política orçamental»;

— **25 de Outubro:** concentram-se novamente os dirigentes sindicais na SEAP. Dão aí uma conferência de imprensa.

— **5, 6 e 7 de Novembro:** sindicatos reunidos aprovam moções de repúdio pela atitude do SEAP e do Governo. Protestam contra a «arrogante proposta salarial». Documentos entregues em concentrações de dirigentes e delegados sindicais;

- **7 de Novembro:** queixa sindical à OIT (Organização Internacional do Trabalho) com cópias para os órgãos de soberania. Queixa ao provedor de Justiça. Decreto de negociação desprezado pelo Governo;
- **8 de Novembro:** acções sindicais junto da opinião pública;
- **9 de Novembro:** no Rossio (Lisboa) e em Coimbra (Praça da Portagem) venda simbólica da «bica», denunciando, segundo a CNS, «o vergonhoso aumento proposto». Exposição sobre a degradação do poder de compra dos TFP;
- **12 a 16 de Novembro:** deslocam-se de novo os dirigentes à SEAP. Acompanham-nos delegados sindicais e activistas. Exigem o reinício das negociações;
- **28 de Novembro:** uma das maiores manifestações de sempre reúne em Lisboa, segundo a CNS, mais de 20 mil trabalhadores;
- **30 de Novembro:** carta para a SEAP reafirmando a urgência do reinício das negociações;
- **7 de Dezembro:** apesar das insitências, à SEAP não responde à CNS que solicita entrevista ao ministro de Estado Almeida Santos. Reunião concretizada seis dias depois.

Desorientação orçamental

Dever-se-á tudo isto (como se há-de chamar-lhe?) à **desorientação orçamental** que a SEAP confirma na carta de 23 de Outubro e o Governo acabou por revelar publicamente? Também é isso. Mas a explicação não basta.

A «embirração» é mais funda. Os governos têm tentado desde 1976/77 sabotar toda a organização sindical unitária e particularmente a da função pública. A esta nem reconhe-

cem o direito à contratação colectiva. As suas condições de trabalho, regulamentação, tabela salarial, etc., são remetidas para um «estatuto». Mas nem a lei é cumprida. Como se viu, durante meses, todas as diligências e lutas depararam com a **surdez deste Governo** — muito mais surdo, aliás, que outros que o precederam desde 1976/77.

Desde esses anos, as responsabilidades governamentais têm vindo de resto a agravar-se, neste como em outros campos relacionados com a contratação colectiva, incluindo as experiências e ameaças dos «tectos salariais».

O escândalo nunca foi porém tão longo como em 1984. Consta até que a prometida revisão das carreiras em Fevereiro desse ano — que não passou de promessa, como é conhecido — teria feito embolsar ao Governo cerca de 2 milhões de contos que deveriam ter passado para os bolsos dos TFP.

Foram as linhas com que se coseu a UGT. O seu «acordo histórico» ficará realmente na história sindical, mas não pelas razões sonhadas pelos mentores do divisionismo e pelos seus corifeus no Governo.

Agora, trata-se de evitar um novo «acordo histórico» em Fevereiro de 1985. Isso é que conta fundamentalmente.

E assim, segundo a CNS e a Frente Comum, os TFP «preparam novas formas de luta». Recorde-se que, diante da proposta sindical de um aumento médio da tabela de salários para 1985 de 28 por cento; diuturnidades de 1500\$00; subsídio de refeição: 200\$00; aumentos de pensões e de ajudas de custo, o Governo se limita a contrapor um «aumento efectivo de salário líquido» da ordem dos **15,7 por cento** sobre os já degradados salários de 1984 que ainda pretende «ratar» mais com aumentos de... descontos.

É escusado lembrar, para se entender melhor que não se trata de «embirração» nenhuma, que os deputados acabam de se «aumentar» a si próprios em verbas superiores a 50 por cento; que os mesmos estão ainda à espera dos aumentos da FP daqui a meses; que há trabalhadores com salários em atraso dentro do âmbito sindical da FP; que os «excedentes» estão aí à porta; que os despedimentos, idem; que «**importa reforçar a unidade e organização dos TFP nos seus locais de trabalho**»; que importa levar a sério as ameaças do Governo, bem claras na boca de Almeida Santos; e que importa sobretudo **lutar contra** eles e contra todas as ameaças que contém o «acordo PS/PSD».



Praças públicas, vigílias, concentrações

Campanha pelos salários contra a fome e o desemprego

• Acções de luta por todo o País

No seguimento de variadas lutas incluídas na campanha contra os salários em atraso, a fome, o desemprego e a miséria, o movimento sindical unitário organizou uma acção de denúncia pública da política governamental na passada quinta-feira, no Rossio, em Lisboa, com boa adesão popular.

No âmbito daquela campanha nacional, que se prolongou até ao dia 22, a Central sindical unitária organizou e levou a cabo através dos sindicatos e das outras organizações representativas dos trabalhadores, vigílias, concentrações, manifestações e acções de solidariedade por todo o País.

Predominaram as «praças públicas» e as vigílias. Com acções e iniciativas nos vários locais, a Inter realizou movimentações públicas integradas nas lutas de massas nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Coimbra, Santarém, Évora, Beja e Faro.

A União dos Sindicatos de Lisboa, à semelhança de outras organizações da CGTP-IN, revelava entretanto que, neste distrito, há perto de 170 empresas de 16 sectores de actividade com salários em atraso. O escândalo afecta, só em Lisboa, para cima de 25 mil trabalhadores.

Enquanto esse escândalo se mantém impune, afirma a USL, o total da dívida já é superior a cinco milhões de contos.

Além dos casos mais conhecidos (Lisnave, J. Pimenta, etc.) a USL cita empresas como a Clínica das Amoreiras, Transgrua, Pereira & Brito, ex-Gelmar, CPP, Nutriplol, Cel e Bell's.

Algumas, como a Clínica das Amoreiras, com 43 trabalhadores não pagam salários há um ano; outras, como a Pereira & Brito, devem importâncias da ordem dos 48 mil contos.

Personalidades e organizações apelam à solidariedade

«Largas centenas de milhares de portugueses vivem já abaixo dos limites mínimos de pobreza, dado o número sempre crescente de trabalhadores com salários em atraso e de desempregados, a maioria sem

qualquer espécie de subsídio, subsistindo apenas graças à ajuda de familiares e de amigos», diz o apelo subscrito por 66 personalidades e 8 organizações sociais que figuram como primeiras signatárias do documento que circula por todo o País.

O apelo solidário, para a apresentação do qual foi dada em Lisboa uma conferência de imprensa na quinta-feira passada, é feito em nome de «dezenas de personalidades de vários quadrantes políticos, ideológicos e sociais».

Na conferência de imprensa efectuada na Casa do Alentejo estiveram Álvaro Rana, Sá Pereira e Fernando Loureiro (CGTP-IN), Maria Belo, Inês Fontinha, Beja Santos, António Abreu, Aquilino Ribeiro Machado, Helena Cidade Moura, Emídio Martins (LOC-Liga Operária Católica), Sá Marques, Manuel António Tubal e Soares Louro.

Como primeiros subscritores do apelo figuram jornalistas, padres e dirigentes de instituições ligadas à Igreja, dirigentes políticos (inclusivamente de partidos do Governo) juristas, escritores, artistas, professores catedráticos e economistas.

Entre as organizações subscritoras está a CGTP-IN, a equipa nacional da Liga Operária Católica (LOC), URAP,

MDM, União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, Fenacoop, Associação dos Inquilinos Lisbonenses e Associação Portuguesa de Escritores.

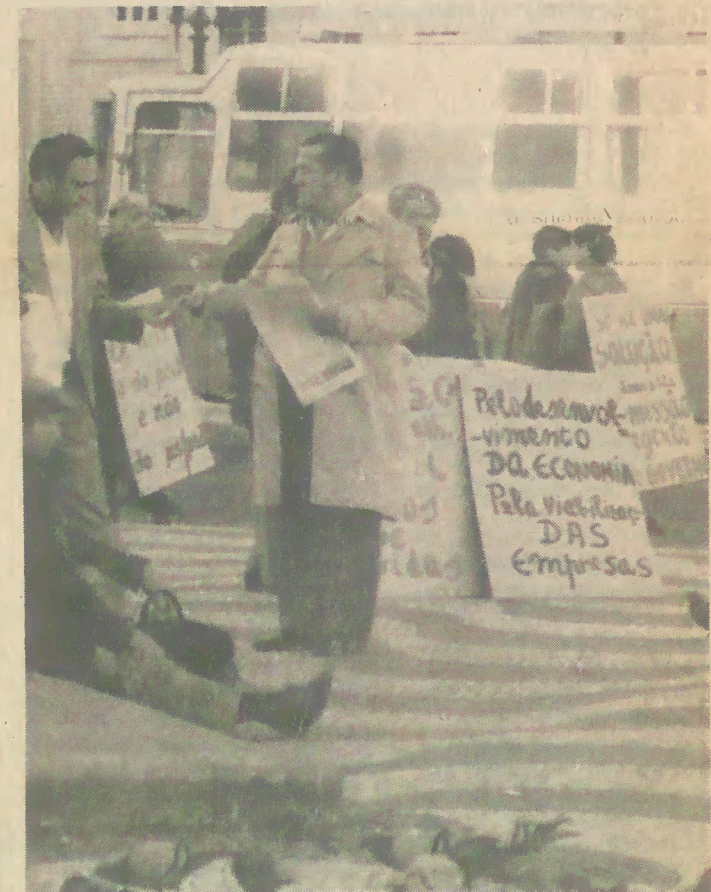
Capacidade de luta invulgar

A comissão executiva da CGTP-IN, reunida entretanto (dia 18) para analisar a situação político-social, afirmava que «os trabalhadores mantêm uma invulgar capacidade de luta».

Aquele órgão executivo da Central, que analisava «as acções promovidas, em curso

e levadas a cabo pelo movimento sindical», designadamente as manifestações do dia 15, reafirmou que os trabalhadores «não estão dispostos a dar tréguas no combate à política desastrosa do Governo PS/PSD, exigindo cada vez mais vigorosamente a urgente demissão» de um Governo que «recorre cada vez mais à repressão para se manter no Poder».

A Inter sublinha que a luta se desenvolve e mobiliza um número crescente de trabalhadores, homens, mulheres e jovens, apesar das condições económico-sociais insustentáveis em que vivem muitos milhares e apesar das intimidações e da repressão comandada pelo Governo.



Segurança Social Em luta ultimamente um dos sectores mais afectados pela política actual

Dos sectores mais afectados pela política deste Governo, no âmbito dos trabalhadores da Administração Pública, destaca-se a ex-Previdência hoje referida na generalidade como **Segurança Social**.

Recentemente integrados na Função Pública (FP) — designação genérica que, como é conhecido, abrange as Administrações Central, Regional e Local, médicos, enfermeiros, professores, assistentes sociais e, de um modo geral, todos os empregados do Estado — os trabalhadores da Segurança Social são hoje uns 20 mil em todo o País.

A grande maioria está filiada nos Sindicatos da Função Pública, criados depois do 25 de Abril (Norte, Centro, Sul e Açores), reunidos numa Federação nacional com sede em Lisboa.

Estas associações representativas, que se implantaram fortemente na quase totalidade dos locais de trabalho, têm desenvolvido uma acção sindical com mérito indiscutível, tanto nas reivindicações gerais da FP, como ao nível das questões específicas dos assalariados da Segurança Social.

As recentes inovações programadas para o sector pela respectiva Secretaria de Estado, acoplada com este Governo ao Ministério do Trabalho, têm obrigado os sindicatos da FP a uma profunda e prolongada acção mobilizadora e de esclarecimento junto dos trabalhadores e da população.

Ausência de diálogo

«A ausência de diálogo imposta pela Secretaria de Estado é particularmente preocupante», concluiu o IV Encontro Nacional realizado em 29 e 30 de Novembro findo em Lisboa pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) da Segurança Social (SS).

A anteceder uma série de reivindicações e de formas de luta aprovadas nesse Encontro,

referiam as ORT's da SS que, «logo após a tomada de posse do actual Governo, a **Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública** decidiu entregar na **Secretaria de Estado da Segurança Social**, um documento contendo as principais reivindicações dos trabalhadores do sector e solicitando a **marcação urgente de uma reunião para as negociar**».

Os sindicatos insistiram várias vezes no diálogo, mas «depararam sempre com uma recusa sistemática da parte da Secretaria de Estado».

E essa insistência mantém-se.

Nos últimos dias, sobretudo a seguir à jornada nacional da FP em 28 de Novembro findo, dirigentes, delegados e activistas sindicais, cumprindo resoluções aprovadas no IV Encon-

tro, concentraram-se em duas vigílias (iniciadas em 10 — 24 horas — e 17 do corrente — mais de 40 horas consecutivas) de permanência em frente às instalações da Secretaria de Estado da Segurança Social em Lisboa.

A secretária de Estado, Leonor Beleza, persistiu na recusa de receber a delegação sindical.

Entretanto, a par de uma campanha de promoção da «Segurança Social» como a entende este Governo, gastando inclusivamente rios de dinheiro em publicidade, a mesma Leonor Beleza desenvolvia uma «fiscalização» aos beneficiários com baixa, onde, segundo o secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, «vale tudo»... «Tudo é fraude... Mesmo que o trabalhador com baixa não seja encontrado em casa pelos «fiscais» por ter ido «ao médico, ao hospital, ou comprar alimentação».

Ao mesmo tempo, acrescentava a Federação da FP em nota de 10 do corrente, assiste-se a «uma acentuada degradação dos serviços, que na prática se traduz em **meses de espera pelos subsídios**, bem como em horas nas bichas».

Os objectivos da Secretaria de Estado e do Governo

Fortemente publicitada pelos órgãos de comunicação social estatizados, a «fiscalização» empreendida pela Secretaria

de Estado da Segurança Social «tenta esconder as grandes fraudes à custa de pequenas situações» acumuladas em vários distritos.

Segundo a Federação da FP, além desse objectivo, a SSS pretende «criar condições junto da opinião pública para agravar a legislação sobre baixas por doenças, reformas, desemprego, etc.».

Pretende também a Secretaria de Estado com essa campanha de fiscalização «desviar as atenções da opinião pública», fazendo-a esquecer a «falência da política de Segurança Social do actual Governo».

Para este, é na verdade necessário fazer esquecer que ele próprio é um dos primeiros prevaricadores e que não tem autoridade, pelo menos moral, para «disciplinar» seja o que for.

Referia a Federação da FP na nota já citada que «mensalmente o patronato não paga cerca de dois milhões de contos (de prestações à SS), roubando 160 mil contos que desconta nos salários dos trabalhadores e não entrega à Segurança Social».

Com fraudes deste tamanho não se preocupa a Secretaria de Estado, nem tão-pouco o Governo.

As entidades devedoras são concedidas todas as facilidades, inclusivamente a de não pagarem as dívidas.

Em Novembro de 1983, recorda a Federação da FP, «300 patrões do distrito de Lisboa deviam 10 milhões de contos» à Segurança Social.

«33 570 patrões deviam sete milhões. **A quantos pequenos devedores perdoou a secretária de Estado juro de mora?**».

Ainda segundo a mesma fonte, com «o grande patronato a secretária de Estado faz acordos para pagamento de dívidas por 60 meses».

Mas há «Instituições Particulares de Solidariedade Social» que incluem lares, creches, infantários, asilos, etc., e que dependem financeiramente da Secretaria de Estado da SS, «geridas por pais trabalhadores, que são obrigados a pagar (as mesmas dívidas) em 12 meses».

Como exemplo moralizador não está mal!

Reivindicações concretas e justas

Estas e outras situações, que os trabalhadores da Segurança Social mostram junto da opinião pública, através dos seus sindicatos, são acompanhadas pelas suas próprias reivindicações, muitas delas no sentido de melhorar os serviços que prestam às populações.

Assim, o IV Encontro das ORT's da SS aprovou uma resolução a que chamou de «aspectos reivindicativos» sobre problemas perante os quais «o Governo demonstra uma clara indiferença».

Respeitam esses problemas aos **Centros Regionais de Segurança Social e Centro Nacional de Pensões**; aos **Estabelecimentos de Acção So-**

cial; às **Caixas não integradas** nos Centros Regionais; ao **regulamento de horários**; e ao **Centro de Educação Especial**.

Dentro desses cinco pontos, num conjunto de 24 reivindicações aprovadas pelo IV Encontro, destacamos a «publicação dos quadros (de pessoal) tendo em conta os lugares de efectivos existentes nas instituições» (neste caso, as ex-Caixas); o «preenchimento de todas as vagas reais existentes nos quadros»; a reestruturação de várias carreiras nos estabelecimentos de acção social; a «exigência do horário de 36 horas semanais para todas as carreiras»; e a «integração no quadro de todos os tarefas».

Terminadas na quarta-feira da semana passada as vigílias em frente à Secretaria de Estado da SS, que corresponderam

para os dirigentes, delegados e activistas sindicais **mais de uma semana de trabalho** além do normal, a Federação da FP e os sindicatos do sector prosseguem com as iniciativas de luta no sentido do diálogo, da negociação, mobilização e denúncia junto das populações.

De acordo com as resoluções tomadas no IV Encontro de Novembro, os dirigentes sindicais mais ligados ao sector, além da entrega de uma carta aberta nos órgãos de soberania e aos presidentes das Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, governadores civis e outras autoridades, têm feito diligências junto de entidades religiosas, designadamente junto do Cardeal Patriarca de Lisboa e de membros da Conferência Episcopal.

Um exemplo concreto sobre a campanha das «fraudes» nas baixas por doença, lançada com grande ruído pela Secretaria de Estado da Segurança Social, foi revelado ultimamente pela CGTP-IN. Referindo-se a «um caso concreto de baixas recomendadas pelo patronato», a central sindical escreve:

«A administração da empresa Metal Portuguesa, SARL, enviou uma carta ao chefe do posto clínico do Carregado a solicitar 'a colaboração dos vossos serviços para a manutenção de situação de baixa, durante o máximo de tempo necessário' (*textual*) de um trabalhador da empresa em situação denominada de pré-reforma negociada com a empresa.

«Nesta situação — refere o ofício da Metal Portuguesa — o funcionário fica no regime de baixa até passar à situação de reforma, recebendo o adiantamento de remuneração mensal da empresa, fazendo o acordo de dedução para o seu salário líquido mensal, logo que receba a comparticipação da Caixa de Previdência pelos períodos de situação de baixa contabilizados pelo serviço de caixa».

Esclarecedor.

Assembleia da República

Moção de censura confrontou o Governo com as suas responsabilidades no descalabro para que arrasta o país

Embora a maioria e o Governo procurassem minimizar a moção de censura que o CDS apresentou na Assembleia e fez votar na madrugada da passada quinta-feira, o certo é que ela doeu.

Ferido, o Primeiro-Ministro espadeirou à esquerda e à direita — mais à esquerda, naturalmente —; irritado, o PS amouu com as acusações do PCP, resmungou às críticas do CDS e aplaudiu furiosamente a voz do dono; incomodado, o PSD tentou frouxamente dar a ideia de uma coesão que não existe e arredar um namoro que é sério entre os «centristas liberais» e os «liberais sociais-democratas».

Pelo menos numa afirmação — e ele fez uma quantidade delas — teve o Primeiro-Ministro razão: para oposição, já lhe bastava a do PCP. No entanto, as críticas da extrema-direita vieram provar que o actual Governo nem sequer satisfaz completamente as exigências do grande patronato cujos interesses tem procurado servir com bastante zelo. E foi curioso notar que, em vez de usar a

sua argumentação contra as razões do CDS, Mário Soares tenha insistido em dirigir-se aos comunistas. Com a agressividade que se lhe conhece sempre que lhe falam nos verdadeiros interesses do país e nos problemas e anseios dos trabalhadores. Chegou mesmo ao ponto de acusar o CDS de andar em más companhias, aludindo obviamente à posição, desde o início conhecida, que

o PCP anunciara de votar favoravelmente a moção de censura, embora por razões opostas às do partido censurante.

Tal posição, que o PCP insistiu em anunciar no primeiro dia dos debates, no início de um período de pedidos de esclarecimento interrompido pela hora regimental de encerramento dos trabalhos, irritou sobremaneira o chefe do Governo que, no dia seguinte, acusou o PCP de ter tentado falar para a... televisão!

Era evidente que os comunistas pretendiam que o primeiro dia não encerrasse sem que tomassem parte nos trabalhos deixando clara, desde logo, a posição. Ridículo foi, entretanto, que o Primeiro-Ministro, cujo longo discurso frente às câmaras fora uma cuidada enenação propagandística em que não faltaram afirmações

sobre o bom andamento da governação que não correspondem, nem de longe, à verdade dos factos, ridículo foi a acusação feita aos comunistas de falarem para a televisão, como se a imagem e a voz do PCP por lá aparecessem muito.

O incidente ocorreu na noite de quarta-feira da semana passada, originado pelo protesto de Gomes de Pinho, do CDS, que levantou a questão de não ter a televisão transmitido, como estava previsto, um magazine com excertos das intervenções do dia anterior, acrescentaria mais ridículo às posições governamentais, pois das bancadas do Governo e da maioria veio a defesa da TV e das alegadas «razões técnicas» que teriam impedido a transmissão...

O facto é que, mesmo as «soluções de recurso» apresentadas aos partidos, para que fosse transmitido de qualquer modo algo das suas posições não foram avante. O argumento da razões técnicas não pegava. O resultado estava à vista: embora acusando a oposição de «falar para a televisão», o Governo, com a RTP na mão, não sentiu a falta da divulgação dos debates. Na mesma noite de terça-feira, o telejornal foi um repositório de propaganda governamental; na noite seguinte houve o caso das «razões técnicas». E Mário Soares conferenciava nos passos perdidos com solícitos jornalistas, cuidando da imagem que o seu assessor, Carneiro Jacinto, não deixou de promover na Assembleia, numa roda viva.

Silêncios e embaraços

Se a própria votação da moção não constituía mistério para ninguém — a maioria obrigada a mostrar-se «favorável» ao Governo e as oposições a votarem contra, descontando abstenções irrelevantes, o debate foi no entanto esclarecedor. Por um lado, o Governo, gabando-se da governação, não conseguiu avançar senão mais promessas e programas, preferindo falar do fu-

turo que do presente, refugiando-se por vezes no passado (da 'AD' ao «gonçalvismo») e faltando à verdade cada vez que a boca lhe fugia para a sua própria actividade. Por outro lado, a maioria não conseguiu mais do que formular votos piedosos de que o barco se não afunde com rapidez demasiada. Por outro lado, ainda, as oposições desmontando a política do PS/PSD, à direita falando-se em nome dos patrões, à esquerda falando-se no dos trabalhadores e da maioria da população atingida pelo desastre que a coligação vem aprofundando.

Desde logo, o Governo não mostrou vontade de responder com frontalidade às perguntas que lhe foram dirigidas — quase duas dezenas — no início do debate. Mário Soares optou pelo silêncio em relação à maior parte dos pedidos de esclarecimento que a sua intervenção inicial suscitou. Sinal de embaraço, certamente.

Não respondeu o Primeiro-Ministro, por exemplo, às questões colocadas por Octávio Teixeira sobre os custos para o país determinados pelo atraso constitucional da apresentação do Orçamento do Estado. Voltando à carga, o deputado comunista acusou o Governo de sofismar sobre uma chamada melhoria da situação financeira. E revelou:

«O serviço da dívida em relação às exportações de bens e serviços atingiu 45 por cento em 1984, número nunca atingido, o antes. O facto de a dívida ter crescido menos aceleradamente, com o decréscimo da formação bruta de capital fixo de 30 por cento num ano e meio de governo e com a venda de 750 milhões de dólares de ouro — e repare-se que nos últimos nove anos foram vendidos 1650 milhões de dólares em ouro e só este Governo em 18 meses vendeu 46 por cento desse total —, assim é relativamente fácil desacelerar o crescimento da dívida».

Por seu lado, João Amaral ficou também sem resposta. Apesar de ter recordado que por várias vezes questionara o Governo sobre o «combate à corrupção» e de ter sublinhado

que há quase seis meses seis inquéritos da iniciativa do PCP terem sido publicados no Diário da AR nenhum deles ter sido votado por os partidos da maioria se oporem ao andamento, contrariando as regras regimentais, João Amaral não obteve resposta à questão de saber por que razões o Governo e a maioria impedem a realização de tais inquéritos.

Outra sorte mereceu a questão colocada pelo camarada José Magalhães. Recordando o requerimento dirigido ao Governo há mais de um mês sobre as implicações do escândalo «Flick» em Portugal, o deputado do PCP perguntou como era possível que «os factos indicados não tenham ainda sido objecto de qualquer desmentido formal do Primeiro-Ministro directamente visado pelas revelações do gerente do consórcio Flick». Mário Soares moderou-se para responder e, embora tentando desviar-se afirmando tratar-se de uma questão partidária, quis mostrar-se aberto à aceitação de um eventual inquérito parlamentar sobre as questões globais do financiamento de partidos.

O que esteve em causa

Não só cada partido levou ao debate a sua apreciação própria da situação e a avaliação da política governamental, mas também definiu, cada um, a sua posição em relação ao que na realidade estava em causa.

José Luís Nunes, do PS, discursando em voz baixa, não optou pela defesa da política do Governo, preferindo falar do que deveria fazer o CDS em vez de fazer o que fez, acabando por anunciar que votando contra a moção, o PS votava apenas «a favor de uma verdadeira estabilidade política e de uma eficácia governativa que urge aprofundar e renovar».

O deputado do PCP, Carlos Carvalhas, colocou a questão no seu devido lugar, sublinhando que o que estava em causa não era a moção do CDS mas



sim a política do Governo que agrava todos os problemas nacionais.

Carlos Carvalhas, em intervenção de que hoje publicamos excertos, concluiu, depois de uma análise à política económica e financeira do executivo, que «o que está em causa no nosso país é, cada vez mais, a continuação ou a liquidação das liberdades, das transformações democráticas, do regime democrático».

João Lencastre, do CDS, tentou mostrar que nenhuma das medidas que o Governo vem anunciando a esmo é verdadeiramente eficaz — do ponto de vista do CDS, claro. Lembrando os contos das «Mil e Uma Noites», o deputado «centrista» comparou o Governo a Sherazade e o país a um sultão que ouve mais de 500 histórias em «mais de 500 noites» — 24 medidas, 58 medidas, programas, comunicações ao país. João Lencastre concluiu que só uma medida valeria a pena: «outro sistema».

Os deputados do CDS, aliás, esforçaram-se por provar que os males do país não são propriamente resultado dos esforços governamentais mas da falta deles, concluindo que o que impede a mudança é o próprio sistema, o regime democrático que apelidaram de «socialista», a Constituição. Falando umas vezes em nome do povo, outras no dos «empresários», como Pedro Feist que foi a S. Bento dar uma ajuda a Lucas Pires, o CDS acabou por concluir, através de Vieira de Carvalho que «o que está em jogo é a concepção da organização do Estado».

Tal como o PS, não se referiu o PSD à política do executivo que formalmente apóia. Capucho criticou o CDS por ter apresentado uma moção de censura, no tom de quem se lamenta da inoportunidade de um amigo, «agradecendo» por outro lado o «mérito» de a moção «ter favorecido o reforço da coesão do Governo». Terá sido mesmo um agradecimento?

Não reconhecemos tal mérito aos debates da moção a que assistimos. Antes, e mais uma vez, houve oportunidade de denunciar a política de descalabro, condenada pelos trabalhadores e por grande maioria de portugueses e apenas formalmente apoiada na Assembleia por «acordo prévio» da maioria de deputados. Descalabro que Álvaro Brasileiro, do PCP, ilustrou no campo da agricultura, em intervenção de que também hoje publicamos excertos.

Falando antes do encerramento dos debates, o presidente do grupo parlamentar comunista, Carlos Brito, tirou por seu lado, duas conclusões:

«A primeira, é que o CDS não se conseguiu aguentar a postura de alternativa ao Governo e à sua política com que sonhava e que gostaria de aparentar».

«A segunda é a de que o Governo não conseguiu transformar em broas de Natal, como anunciava, os miseráveis resultados da sua política com que foi confrontado e responsabilizado pelos deputados das oposições».

Carlos Brito

Com este Governo não se vai a parte nenhuma

O presidente do grupo parlamentar comunista, Carlos Brito, intervindo no encerramento dos debates da moção de censura, produziu um discurso de que hoje publicamos os extractos seguintes:

(...) O debate generalizado permitiu fazer ainda assim, em grande parte pela intervenção do PCP, como já foi reconhecido, um inventário bastante profundo dos desmandos da política governamental e dos seus resultados catastróficos. O Governo jogando à defesa defendeu-se mal, mostrou-se pouco convencido da capacidade de convencer a sua própria maioria e revelou uma espantosa insensibilidade em relação às razões do povo e às razões de Estado.

O Primeiro-Ministro não foi capaz de abordar seriamente questões sociais tão graves como a generalização das situações de fome e de miséria, o agravamento do desemprego, que ultrapassa já os 600 mil, o agravamento do problema dos salários em atraso que ronda os 150 mil trabalhadores, que gera situações absolutamente desesperadas (trabalhadores que têm a haver 300 ou até 400 centos de salários mas que não têm pão para dar aos filhos e que não têm quem lhes venda fiado), a quebra dos salários reais em cerca de 13%, o aumento da carga fiscal sobre as camadas de mais baixos recursos, a inflação de mais de 30%, o empobrecimento geral da população, com excepção dos grandes especuladores e capitalistas. O simples facto de o Primeiro-Ministro tentar alijar de maneira leviana a sua responsabilidade e a responsabilidade do Governo na degradação destas situações e em geral das condições de vida dos portugueses, são a prova provada que com este Governo, e com este Primeiro-Ministro não se vai a parte nenhuma em matéria de justiça social.

O Primeiro-Ministro abordou com a habitual falta de rigor e com ligeireza a situação de retrocesso económico, a ameaça de ruptura financeira e do agravamento da dívida externa e das suas implicações. O ministro das Finanças seguindo-lhe as pisadas e deu os números por metade ou pelo dobro. Bastaria a espantosa falta de informação que o Primeiro-Ministro revelou nestes domínios fundamentais e as roseas palavras do ministro das Finanças para se perceber, mesmo que não se conhecesse mais nada, que com este Governo não pode haver qualquer política para a superação da crise.

O coro com a direita

O Primeiro-Ministro vem proclamando fazendo coro com a direita de hoje e de ontem que «o sistema económico tem que ser modificado», «liberalizado» — é aliás a posição do CDS, imitando o vice-Primeiro-Ministro Mota Pinto que vem repetindo desde há tempos numa conhecida cassete: «Há Estado a mais», o Primeiro-Ministro sublinha: «O peso do Estado é excessivo». Há anos justificou

o início da recuperação capitalista com a necessidade de «corrigir os excessos».

Agora justifica a restauração monopolista com a necessidade de «desfazer nós cegos». Trata-se de uma marcha imparável para a direita que por vezes a ultrapassa...

Mas então que tenha o pudor de não vir atacar o radicalismo e o extremismo. Pois então o protocolo de acordo que passa a ser o novo programa da coligação não é precisamente um tal programa extremista, radical, o caderno reivindicativo do grande capital e da direita e uma verdadeira plataforma contra-revolucionária? Ai temos feitas do programa do Governo reivindicações institucionais e subversivas do sistema económico, dos direitos dos trabalhadores e do regime democrático, como as que visam destruir as nacionalizações com a extinção de empresas, a alienação de participações financeiras, a liquidação de organismos de coordenação económica, as novas indemnizações, a nova lei contra a Reforma Agrária, a chamada revisão da legislação laboral, a lei dos quadros excessivos da função pública, a liberalização das rendas de casa, de mistura com uma série de medidas visando criar os dispositivos de um Estado autoritário, repressivo e totalitário, a criação de toda a pressa dos serviços de informações (a factura começa a aparecer com a compra de um edifício por 370 mil contos) a aprovação da lei de segurança interna e a adulteração do sufrágio popular através de novas leis eleitorais para as autarquias e a Assembleia da República.

Digam-me, srs. deputados, em que é que isto se distingue do programa da bipolarização do sr. Sá Carneiro?

Nem sequer falta a promessa de mais uma revisão constitucional no sentido que a direita reclama. «Lá chegaremos», anuncia o ministro Almeida Santos ao fazer o elogio intimo — irónico do Primeiro-Ministro, Mário Soares.

Bastava o novo acordo PS/PSD para se compreender que com este Primeiro-Ministro e com este Governo não há defesa do regime democrático-constitucional criado com a Revolução de Abril, há sim, em vez disso, uma política que conduz à sua adulteração e destruição.

A «confiança»

(...) A ligeireza com que o Primeiro-Ministro pretende justificar o atraso de mais de dois meses em que o Governo se encontra em relação à data fixada na Constituição e na lei para apresentação da proposta de lei do Orçamento do Estado (para já não falar no facto de não haver lei do Plano para 1984) e das suas implicações na própria actividade da As-

sembleia da República quando não houve ruptura governamental nem sequer remodelação do Governo é um exemplo significativo para mostrar como às mãos deste Governo e desta coligação as instituições estão impedidas de funcionar regular e normalmente.

O Governo manda os seus comentadores anunciar que o Primeiro-Ministro fez um discurso de confiança que não revela nenhuma fragilidade do Governo ou da coligação. Ele próprio confessou, (honra lhe seja, neste ponto), que não podia ter feito outro discurso.

Mas não foi um discurso de confiança, nem sequer um discurso estabilizador quanto ao curso da coligação. Não respondeu convincentemente a nenhuma das questões que se colocam entre os parceiros meio-desavindos, meio-reconcluídos — o Orçamento, a remodelação ministerial.

O empurrão

(...) Muita necessidade tem o Primeiro-Ministro de gritar umas vezes e de sussurrar outras que «não há alternativas». Chega a ser pueril. Exclama que demitir o Governo, é um horror, corre-se o risco do «vazio do poder». Novas eleições? Diz ele: não se metam nisso, é muito caro e repetitum o mesmo quadro parlamentar. Como se a democracia não admitisse todas estas soluções como legítimas.

Como se não fosse já hoje uma certeza que este quadro parlamentar não voltará a repetir-se e o grande perdedor será o partido do sr. Primeiro-Ministro. Como se os maiores e periculários gastos do país não fossem com a manutenção deste Governo que nos arrasta para o abismo.

Muito precisa o Primeiro-Ministro de afirmar, sussurrando ou gritando, que não há descontentamento, que não há lutas dos trabalhadores, que não há greves significativas, que não há manifestações, que não houve manifestações significativas durante a crise da coligação. Já alguém comentou que reduziu a balança de transacções correntes procurando ocultar que esta diminuição não resultou de qualquer melhoria estrutural da economia portuguesa, mas sim da recessão económica, da diminuição do consumo dos portugueses e da quebra das importações, em especial de bens de equipamento, de matérias primas e produtos intermédios.

Vão continuar, como as grandiosas manifestações de 15 de Dezembro claramente demonstram. E vão constituir uma parte do empurrão que atirará o Governo ao chão. A outra parte será o esclarecimento político, a iniciativa dos democratas, o funcionamento das instituições da República.

Carlos Carvalhas: Situação financeira particularmente grave

(...) Na verdade, os dados oficiais mostram que a recessão se acentuou. Que o Produto Interno Bruto depois de ter diminuído 0,5 em 1983 apresenta este ano uma nova quebra de 2%, alargando ainda mais o fosso que separa o nosso País das restantes economias da OCDE.

A produção industrial deverá ficar, no seu índice com 5 pontos aquém do valor atingido em 1983. A utilização das capacidades de produção instaladas é em muitos ramos inferior a 68%.

Na construção a quebra de produção será na ordem dos 6 a 7%!

Na agricultura apesar de bom ano agrícola, os valores atingidos são muito inferiores, por exemplo, aos valores do ano agrícola de 75/76 e a dependência alimentar continua a explicar mais de 40% do défice externo.

Em vez de se promover a produção nacional de produtos importados são cada vez mais os ramos em que a produção portuguesa é substituída pela estrangeira.

A BFCF que já tinha tido uma forte quebra em 1983, cerca de 7,5 em termos reais, apresenta este ano uma diminuição de 20%! Aumentou a fuga de capitais, o contrabando e o descalabro.

Apesar da venda de ouro agravou-se a dívida externa e, internamente aumentou significativamente o número de falências e de empresas tecnicamente falidas. O Governo procura escamotear esta situação, dizendo que reduziu a balança de transacções correntes procurando ocultar que esta diminuição não resultou de qualquer melhoria estrutural da economia portuguesa, mas sim da recessão económica, da diminuição do consumo dos portugueses e da quebra das importações, em especial de bens de equipamento, de matérias primas e produtos intermédios.

Buracos

(...) A situação financeira interna, da responsabilidade do Governo, é particularmente grave.

São os «buracos» do Orçamento que inicialmente o Governo previa que fossem de 176 milhões de contos e que afinal ultrapassam os 300 milhões! São as dívidas do Estado da ordem das centenas de milhar de contos. São os difíceis problemas financeiros da generalidade das empresas com excepção de algumas viradas para o sector externo.

É a grave situação financeira de muitas empresas públicas que foram utilizadas por sucessivos governos, nos quais o CDS fez parte, como ilhancadoras dos défices da Balança de Transacções Correntes.

E depois de as terem endividado, descapitalizado e de as terem utilizado como amortecedoras da subida de preços, nomeadamente em ano de eleições, vêm agora clamar contra os resultados de tais empresas para as entregar ao grande capital...

Mas não só as empresas, é já o sistema bancário que se encontra em pré-ruptura e, não é a «alteração» ou falsificação apressada dos seus balanços que altera a realidade da banca comercial. Fica por isso aqui o nosso alerta e solene acusação a este Governo...

O significativo aumento do crédito mal-parado (mais 300 milhões de contos), as negociações, o nepotismo, os empréstimos à banca chilena, as participações no banco Ambrosiano de Itália e nas iniciativas bancárias dos burles na Venezuela; as operações fraudulentas e o compadrio à custa dos dinheiros públicos de que o caso de o jornal «O Dia» é exemplar, são outros indicadores concretos de como é utilizado o sistema bancário por este Governo.

O próprio Banco de Portugal já só consegue tapar os seus défices com a mais valia da venda do ouro... A que ponto fizeram chegar o sistema financeiro.

Promessas

(...) A inflação que o Governo prometia que se fixaria em média anual nos 24% atinge os 30%, batendo todos os recordes, reduzindo drasticamente o nível de vida dos portugueses.

Os salários reais sofreram uma redução de cerca de 13%, agravada com o aumento relativo da carga tributária.

E de nada valem as promessas do Sr. Primeiro-Ministro feitas esta semana em Tróia para contento do Sr. Torres Couto de que o Governo vai manter os salários reais. O seu Ministro das Finanças é muito mais explícito ao declarar, nas Grandes Opções do Plano para 85, que o Governo assegurará (sic) «que os salários reais não decresçam significativamente». Esta fórmula farisaica era no ano passado a seguinte: «a quebra dos rendimentos reais será reduzida ao estritamente necessário». O estritamento necessário foi 13%!

Mas o Governo na sua posição

classista mantem-se insensível ao alastramento da fome e da miséria.

Há hoje no nosso país mais de 1 milhão de trabalhadores numa situação precária: ou desempregados, ou com os salários em atraso, ou sem

Álvaro Brasileiro: Agricultura — o descalabro

Um sector que a política do Governo está a levar à ruína e ao descalabro é precisamente o sector da agricultura.

O descalabro já atingiu o próprio Ministério. O Ministro Soares da Costa e a sua equipa, roídos por contradições internas, caíram face aos erros monumentais cometidos, e ao protesto e luta de milhares de camponeses e trabalhadores rurais.

Mas, como dizia aqui há dias, um pequeno agricultor, «os coveiros da nossa agricultura vão-se revessando uns aos outros». Mudaram as caras, mas continua a política que faz dos agricultores vítimas permanentes.

Vejamos:

Primeiro: O Governo procede ao esvaziamento progressivo das empresas públicas e organismos de intervenção económica, com prejuízo da nossa economia e dos interesses dos agricultores, visando conceder em domínio crescente ao grande comércio e indústria e a monopólios, dominados por multinacionais. Aos casos da EPAC, AGA e IAPQ junta-se agora o escandaloso caso dos matadouros!

Segundo: As Cooperativas degradam-se vítimas de uma política de crédito incompotível e de uma política de subsídios arbitrária e subordinada a interesses partidários.

Terceiro: Os preços dos meios e factores de produção agravam-se; os preços reais pagos ao produtor degradam-se; alargam-se os lucros e margens de comercialização entre o produtor e o consumidor. E assim acentua-se a quebra dos rendimentos dos produtores, ao mesmo tempo que os consumidores vão pagando cada vez mais caro os produtos alimentares essenciais.

Quatro: Num sector fundamental, como é o da pecuária, reduziram-se e degradaram-se os efectivos pecuários e a produção derivada, nomeadamente a produção de leite; como causas, entre outras, está a ausência de medidas efectivas de combate ao contrabando e de cobertura sanitária dos gados.

Quinto: As rendas da terra subiram desmesadamente (a última subida foi superior a 125% em média); e assiste-se ao despejo em massa dos seareiros da campanha.

Sexto: A política de crédito ao in-

qualquer contrato ou com contratos a prazo.

É uma vergonha para o Portugal de Abril que só por si justificaria a imediata demissão de um Governo que prossegue tal política. (...)

vestimento exclui cerca de 90% das explorações agrícolas do país, limitando-se a alimentar o sector capitalista na agricultura.

Sétimo: A política florestal vem servindo quase exclusivamente os interesses das celuloses, inviabilizando o povoamento florestal de uso múltiplo. A eucaliptização indiscriminada tem-se sobreposto aos interesses e direitos das economias locais, onde se incluem as comunidades dos baldios.

Oitavo: A destruição das estruturas produtivas completa-se com os ataques à Reforma Agrária, onde se sucedem as ilegalidades, o arbitrio e o desrespeito dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo.

Um exemplo entre centenas: Na UCP «Liberdade de Seda» Portalegre foram atribuídas duas reservas na Herdade da Selada, uma ao filho do agrário invocando a sua condição de rendeiro o que já era ilegal, outra ao agrário que já tinha morrido, o que agravava a ilegalidade. A Cooperativa recorreu para o STA que emitiu um acórdão anulando a reserva atribuída ao falecido.

O Ministério da Agricultura resolve agora reinstaurar o processo, concedendo uma nova reserva ao filho do morto, que já tem reserva com rendeiro do morto, e como se isto não bastasse a nova reserva é acrescida de mais 30% de majorações!

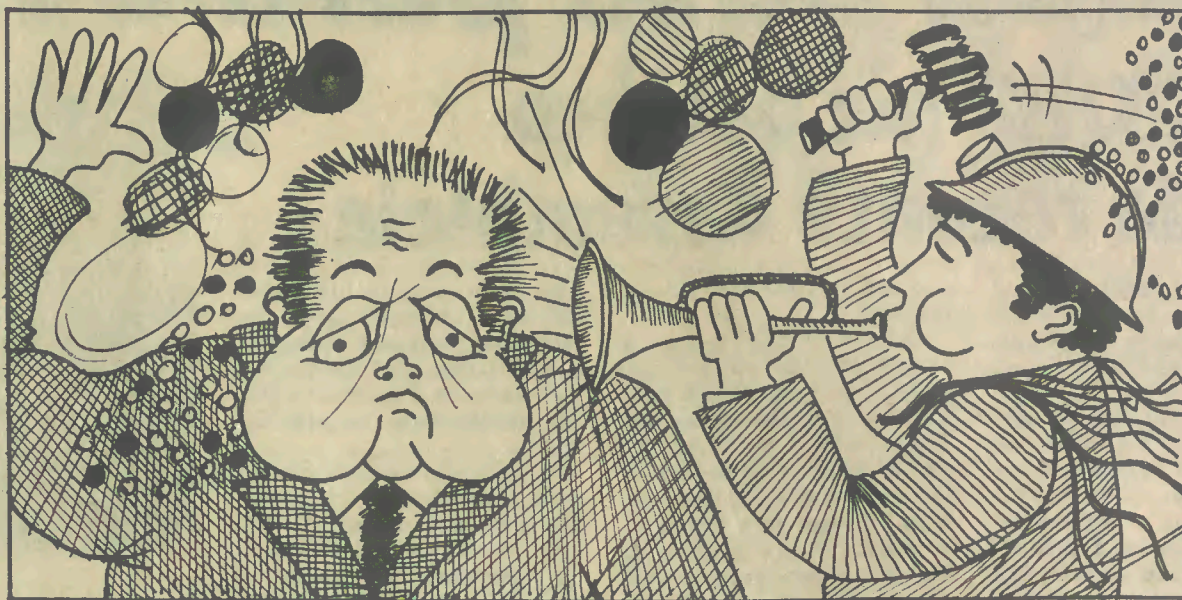
Esta política representa o saque permanente do produto gerado no sector agrícola, descapitaliza a agricultura e destrói a própria estrutura produtiva deste sector fundamental.

As ameaças de alteração da Lei do Arrendamento Rural e as ameaças de liquidação da Reforma Agrária geram a instabilidade e comprometem o necessário desenvolvimento agrícola do país.

Perdem os agricultores. Mas perde também todo o país, que assim continuará amarrado a insuportáveis dependências externas.

Isto não pode ser! Por isso, diariamente e há muitos meses, que as lutas travadas de Norte a Sul do país, por milhares de trabalhadores e agricultores se assumem como severas moções de censura a esta política e a este Governo, justificando a sua urgente demissão.

PCP



FESTAS do PCP de FIM do ANO

Especial para si, amigo leitor

Um convite para a passagem de ano

A contagem decrescente já começou.
1984 está a dar as últimas.
Um novo ano aguarda a sua entrada.

Um novo ano que se anuncia como ano de grandes batalhas políticas que vão exigir o esforço, a determinação, o empenhamento e a combatividade dos militantes comunistas, dos trabalhadores e democratas, de todos os portugueses que estão com o ideal libertador de Abril.

Incapaz, incoerente, divorciado do povo, das aspirações populares e das necessidades do País, o Governo PS/PSD insiste na continuação do mal que fez aos portugueses no ano que agora vai acabar. Por isso, uma tarefa central é, desde já, o seu afastamento o mais rápido possível. Quando mais tempo continuar, mais difícil será a recuperação do País.

Em 1985 temos ainda as eleições autárquicas, momento fundamental da vida democrática nacional e do progresso das regiões. Teremos ainda a continuação da luta justa dos trabalhadores pelo pagamento dos salários em atraso, uma luta apoiada por todo o Povo contra aquilo a que já se chama a **escravatura de fins do século XX**.

A luta pela defesa da democracia e da liberdade, a luta pela defesa das empresas, pela defesa da Reforma Agrária, a luta específica de sectores e camadas, são, entre outras, lutas que vão continuar, dinamizando um vasto campo social contra o Governo PS/PSD.

Todos os sectores da população — os trabalhadores, os jovens, os estudantes, as mulheres, os quadros técnicos e intelectuais, os empregados, os reformados, os contratados a prazo, os desempregados, os deficientes, as donas de casa, os pequenos e médios empresários, os agricultores, os seareiros, os rendeiros, os operários agrícolas — todo o povo português tem motivos de sobra para continuar e ampliar a luta por uma política democrática que sirva os seus interesses e os interesses do País. Uma luta que vai engrossar e dar viva voz a uma exigência nacional: **Governo para a rua!**

Mas, falar da luta democrática, hoje e sempre, e ainda por cima a poucas horas do início de um novo ano, significa falar de unidade, de determinação, de aproximação entre todos os atingidos pela política deste Governo Soares/M. Pinto, significa falar de convergência das acções e dos protestos.

Esses sentimentos, esse estado de espírito, aliado ao convívio fraterno e à alegria, própria de quem não vacila perante as dificuldades, estarão bem patentes na noite de 31 de Dezembro de 1984 nas numerosas festas de passagem de ano promovidas um pouco por todo o País pelas organizações do Partido Comunista Português.

Do convívio mais simples, à grandiosa festa, recheada de surpresas — há de tudo. É só escolher. Por isso, a Redacção do «Avante!» — à semelhança do que fez com as bancas de Natal — aqui deixa o resultado de um levantamento efectuado: este roteiro (incompleto), com alguns pormenores sobre festas de passagem de ano, que, no caso da região de Lisboa, assumem um papel especial pois são iniciativas integradas na campanha dos 60 mil para a aquisição do Vitória.

Aqui fica pois o nosso roteiro, com um convite especialmente para si, amigo leitor. Junte a família e os amigos e participe numa das festas que propomos nesta página. Divirta-se!

● A festa, a unidade, o convívio nas iniciativas das organizações

DISTRITO DE LISBOA

● Lisboa

Voz do Operário, a partir das 22 horas — uma festa com três espaços de fraternidade, convívio e alegria: discoteca, estúdio de cinema e bar/restaurante. Marcação de mesas e ingressos nos Centros de Trabalho do PCP em Lisboa. Organização das 1.ª, 3.ª, 4.ª e 6.ª Zonas do Comité Local. Programa variado de participações artísticas.

Alcântara, no Centro Social e Paroquial. Inicia-tiva da 2.ª zona do Comité Local.

● V. Franca de Xira

Centro de Trabalho, convívio. Com início previsto para as 22 horas, o programa está recheado de boas surpresas entre as quais se encontram, segundo nos informaram, um bom espectáculo de variedades. Embora haja comes-e-bebes no bar, os camara-das da organização local aconselham a que os convivas levem ceia.

● Parede

Cooperativa «Linha do Estoril»

● S. Domingos de Rana

Na colectividade local.

● Vialonga

Centro de Trabalho, convívio

● Póvoa de S. Iria

Pavilhão da Abelheira, serviço de bar, baile com conjunto.

● S. Iria de Azóia

Covina, refeitório, a partir das 22 horas. Servi-ço de mesas e bar. Animação musical com o con-junto «Hipertensão». Iniciativa da célula do PCP da Covina.

DISTRITO DO PORTO

● Porto

Festa-convívio no pavilhão do Centro de Traba-lho de Aníbal Cunha.

● Gondomar

Pavilhão gimnodesportivo de Fânzeres. Baile com os «Boings». Filme — concerto dos «AC/DC». Concursos de «break dance» e tango.

1985 Festa de Ano Novo na VOZ DO OPERÁRIO
(ENTRADA PELA CALÇADA)
31 DE DEZEMBRO, A PARTIR DAS 22.^h
3 ESPAÇOS DE FRATERNIDADE CONVÍVIO ALEGRIA
* DISCOTECA
* ESTÚDIO DE CINEMA
* BAR/RESTAURANTE

DISTRITO DE SETÚBAL

● Sines

Salão do Povo, a partir das 21 horas. Convívio, música, serviço de bar. Animação com o conjunto «Galáctica». Marcação de mesas no Centro de Trabalho do PCP, Largo do Bocage, n.º 5.

● Sesimbra

Sociedade Musical Sesimbrense, em Sesimbra. Convívio, música, serviço de bar. E também no Centro de Trabalho da Quinta do Conde.

● Setúbal

Parque das Escolas, na cidade de Setúbal, a partir das 21 horas. Serviço de bar, reserva de mesas no Centro de Trabalho do Partido. Baile com o conjunto «A Banda de Cá». Iniciativa conjunta das organizações concelhias do PCP e da JCP.

DISTRITO DE ÉVORA

● Évora

Pavilhão do Rossio de S. Brás, a partir das 21 horas. Serviço de bar e mesas (4 lugares, incluín-do entrada, garrafa de espumante e bolo-rei — 1500\$00). Animação musical com o conjunto «5.ª Sinfonia».

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

● Funchal

Centro de Trabalho do PCP. Baile, passagem de filmes, serviço de bar apropriado (atenção às tradições madeirenses), surpresas. Às 24 horas, toda a gente vai ao terraço ver o fogo de artifício.

DISTRITO DE SANTARÉM

● Alpiarça

Iniciativa da Comissão pró-Centro de Trabalho: jantar-convívio às 21 e 30 (bacalhau com hortaliça e borrego à alpiarcense), baile até de madrugada. «Trás os doces» — pedem os organizadores.

● Almeirim

Centro de Trabalho de Almeirim. Convívio, festa, ceia, actuação do conjunto Francisco, da Ta-berna (Chamusca).

● Couço

Pavilhão da Tabaqueira, no Couço. Serviço de mesas e bar, bons petiscos, baile até de madru-gada com o conjunto musical «TFP».

● Carregueira

Festa-convívio, às 21 horas. Ceia com sopa de legumes e o célebre «bacalhau com todos».

DISTRITO DE COIMBRA

● Coimbra

Jantar-convívio no «Rancho» de Coimbra.

● Figueira da Foz

Convívio no Centro de Trabalho

DISTRITO DE VISEU

● Viseu

Ginásio da Escola Secundária Alves Martins, na cidade de Viseu, a partir das 21 e 30 h: Festa de Fim-de-Ano «Povo Unido». Entradas indivi-duais: 350\$00. Mesa com direito a bolos: 600\$00 (máximo 4 pessoas). Serviço de bar durante a noite. Animação musical com o conjunto viseense «Forum».

NÓ GINÁSIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA
„ALVES MARTINS„ VISEU
A PARTIR DAS 21.30 H.

84/1985

MARCAÇÃO DE MESAS - TELEF.: 25550/25919

PCP



O Vitória para o Partido

Ultrapassados os 38 mil contos!

É verdade! A campanha da Vitória está quase nos 40 mil contos. Segundo o último apuramento, realizado no passado dia 20, o saldo registava já 38 447 882\$20, verba que a esta hora foi certamente ultrapassada de forma significativa. E isto porque a quadra natalícia pode ajudar com mais um «empurrão».

Voltando ainda ao apuramento de 20 de Dezembro aqui fica o quadro respectivo com os contributos das organizações e sectores:

Alenquer	86 280\$00
Arruda Vinhos	81 100\$00
Azambuja	74 772\$50
Cadaval	26 110\$00
Malra	133 000\$00
Lourinhã	26 710\$00
Sobral	101 550\$00
Torres Vedras	258 464\$00
Amadora	1 199 334\$00
Cascais	1 073 581\$00
Carnaxide	962 336\$00
Oeiras	307 890\$00
Sintra	603 172\$50
Queluz	996 679\$00
Loures-Ocid.	1 668 791\$00
Loures-Orie.	2 021 240\$00
Vila Franca Xira ..	2 178 810\$00
CLL	11 448 201\$20
Bancários	1 748 965\$00
Seguros	483 743\$00
Sector Público	967 260\$00
Transportes	2 419 212\$00
Função Pública	967 965\$00
Saúde	1 670 363\$00
Informação	291 265\$00
Intelectual	1 760 392\$00
Sector Sindical	520 959\$00
SIP/DORL	249 905\$50
Livraria Vitória	17 110\$00
CT Vitória	135 723\$00
Não classificado	72 840\$00
DORL	3 894 155\$50
TOTAIS	38 447 882\$20

Rifa com o 4945 dá um 2 cavalos!

Quatro algarismos dão a chave dum simpático automóvel. Os algarismos são: 4945. O automóvel é um Citroën 2 Cavalos. E tudo isto está relacionado com 1.º do sorteio das rifas da campanha «O Vitória para o Partido». Isso mesmo!

Os meses passaram. E quem comprou uma rifa para ajudar a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP na campanha para a aquisição do Vitória deve procurá-la agora, e se tiver a felicidade de encontrar o 4945, ou o 156 286 (um televisor a cores) ou ainda o 159 644 (livros e discos no valor de 30 000\$00) então, isso significa que lhe apareceu uma prenda especial, inesperada, neste Natal de 1984. Parabéns!

Os felizes contemplados devem dirigir-se aos Centros de Trabalho da ORL do PCP, onde receberão todas as informações necessárias sobre o levantamento dos prémios.

Quem vai à URSS?

Sorteio no Congresso

- A rifa da organização distrital de Lisboa da JCP

São as seguintes as rifas premiadas no sorteio da organização distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), efectuado no 2.º Congresso: 04712 - 09712, viagem à URSS; 13168 - 18168, uma bicicleta; 04913 - 09913, um giradiscos. Parabéns aos contemplados.

Sólida base para o futuro

• DORP faz balanço da recente Assembleia

Reunida no passado dia 18 pela primeira vez após a sua eleição na recente Assembleia da Organização Regional do Porto, a nova direcção da ORP, para além de uma série de medições orgânicas e relativas ao seu funcionamento, analisou a forma como decorreu a Assembleia, concluindo que a sua realização, os trabalhos preparatórios e as suas conclusões constituem não só importantes êxitos do trabalho do Partido como constituem uma sólida base para um grande desenvolvimento e aperfeiçoamento de todo o trabalho partidário no distrito e para a intensificação da luta da classe operária e das massas populares contra a exploração, pela liberdade, a democracia e o socialismo e em primeiro lugar pela demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto.

Em comunicado entretanto di-

vulgado, a DORP afirma também:

Durante os dois dias da assembleia a sala encheu-se não só com os cerca de mil delegados e com centenas de convidados como com a informação, a análise, a denúncia e as propostas dos comunistas sobre os problemas, a luta, a intervenção diária e corajosa da classe operária, dos trabalhadores, dos agricultores, das mulheres, dos jovens, da população em defesa dos seus direitos, por uma vida melhor, por Abril, e sobre os problemas da organização do Partido, do reforço da sua capacidade de intervenção.

O nível de conhecimento efectivo dos problemas e a apresentação de propostas concretas para a sua resolução, a íntima ligação do Partido com a vida, a inabalável confiança no futuro e a grande

disposição de luta presentes em todas as intervenções caracterizam bem uma organização partidária hoje fortemente enraizada na classe operária nos trabalhadores, no povo do distrito.

A resolução política aprovada na assembleia, fruto de um amplo debate e trabalho colectivo, assente na experiência e na elaboração diária das várias organizações e sectores do Partido, constitui um importante documento de balanço e análise de 10 anos de luta e de definição precisa, à luz das conclusões do X Congresso, do Comité Central e da Comissão Política do Partido, das principais linhas de orientação e dos comunistas do distrito do Porto. Aprofundar a sua leitura e a sua discussão e analisar em cada sector as formas de a levar à prática, são tarefa que se coloca a todos os mili-



tantes e organismos. Nascida de uma realidade viva, da experiência concreta do trabalho e da luta é necessário que a resolução política constitua um instrumento que oriente e anime o conjunto da actividade do Partido.

A 1.ª Assembleia da ORP constituiu também uma viva demonstração do carácter profundamente democrático da vida do PCP e da sua inquebrantável unidade.

A eleição da DORP num am-

biente de grande fraternidade, unidade, confiança e determinação de luta constitui um importante acontecimento político.

A 1.ª Assembleia da ORP revelou também, não só no desenvolver dos seus trabalhos como particularmente no início de encerramento que tornou pequeno o Rivoli, a firme e crescente disposição de luta dos trabalhadores do Porto pela demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto e por

uma alternativa democrática.

A terminar depois de denunciar a política do Governo e as suas intenções, a DORP afirma à classe operária, aos trabalhadores, ao povo do distrito que não se poupará a esforços para fazer fracassar tais propósitos, desenvolvendo a luta pelos interesses do povo e do país e pela urgente demissão do Governo Soares/Pinto abrindo o caminho para a construção duma vida melhor para o povo português.

Plenário de quadros do PCP

Alguns aspectos da situação no concelho de Sesimbra

• A escandalosa inviabilização da construção das Escolas Secundária de Sampaio e Preparatória da Quinta do Conde

«O Plenário de Quadros comunistas denuncia uma vez mais a escandalosa inviabilização da construção da Escola Secundária de Sesimbra (Sampaio), e da Escola Preparatória na Quinta do Conde, cuja justificação para o Governo e seu ministro Seabra voltou a confirmar-se no seu empenho em cercear o acesso em iguais condições ao ensino, educação e cultura.

A organização concelhia de Sesimbra do PCP está certa do papel de primeira linha que caberá aos estudantes do concelho na continuação da reivindicação e luta pela Escola Secundária de Sampaio e da Preparatória da Quinta do Conde, em conjugação com outras instituições e estruturas representativas da população.»

Esta é uma das passagens mais significativas das conclusões saídas do recente plenário de quadros comunistas da organização concelhia do PCP de Sesimbra, que analisou a situação local.

«Os comunistas sesimbrenses — lê-se noutro parágrafo — fazem eco das preocupações dos sectores laborais com maior peso no concelho face à farsa da integração de Portugal na CEE. Enquanto o Primeiro-Ministro tenta desavergonhadamente a integração do nosso país na Europa dos monopólios e do desemprego, empogando como único critério a sua teimosia com fins à promoção política pessoal, o alargamento da CEE a Portugal trará a ruína e a miséria aos pescadores e aos pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores, para além de afectar gravosamente a indústria hoteleira, obrigada automaticamente a praticar, uma alta de preços com reflexos imediatos na procura dos seus serviços.»

E mais adiante: «Desde que anunciou um falso «plano de emergência» para o distrito de Setúbal, o Governo PS/PSD não conseguiu evitar que no mesmo aumentassem de 20 para 25 mil os trabalhadores com salários em atraso, a dívida do patronato aos trabalhadores aumentasse de 2 para 3 milhões de contos, e a segurança social de 4 para 6 milhões de contos, ao mesmo tempo que os desempregados somam os 30 mil!

«Neste contexto, o plenário saúda a deslocação a Lisboa de dezenas de trabalhadores

das Autarquias Locais e professores, no passado dia 28 de Novembro, em manifestação pela defesa dos seus interesses e direitos, e as acções enquadadas na jornada de luta nacional do dia 29 de muitos activistas sindicais e outros trabalhadores do nosso concelho, com especial destaque para a reposição de faixas e pendões exigindo a demissão do Governo, a construção da Escola Secundária de Sampaio, a entrega da Mútua aos pescadores, e repudiando a lei de segurança interna ou lei da nova PIDE.»

O caso da Mútua

«O plenário de quadros da organização concelhia de Sesimbra do PCP — refere outra passagem das conclusões — saúda os pescadores e pequenos e médios armadores do concelho pela sua grande vitória sobre o Governo Mário Soares/Mota Pinto e seus lacaios, obrigados a anunciar a

tomada de posse da lista unitária vencedora da eleição para os corpos gerentes da Mútua, quase quatro meses depois de se iniciar o escrutínio dos votos.

«Se outros exemplos não existissem, a prepotência, conluios e compadrios de que, neste processo, o Governo se fez campeão, ficarão como prova suficiente do desrespeito dos mais elementares direitos dos trabalhadores e dos cidadãos e das normas do regime democrático.»

Depois de referir que «a recente adjudicação do porto de abrigo de Sesimbra — que o Governo pretendeu por demagogicamente sob a batuta do falso «plano de emergência» — é mais uma prova de que valeu a pena lutar, vale sempre a pena lutar — o documento dos comunistas de Sesimbra manifesta o seu firme repúdio pela «campanha orquestrada contra o Poder Local democrático que ultimamente tem

subido de tom, em Sesimbra, naquilo que patenteia ser uma mera manobra de diversão, com o objectivo de desviar a atenção da opinião pública do descalabro a que chegou a coligação PS/PSD».

Do mesmo modo denuncia-se a «inoperância da Administração Regional de Saúde ao protelar continuamente a formação e tomada de posse da Comissão Consultiva de Saúde, do Concelho em que, por lei, têm assento representantes das populações, e a manifesta chantagem do Centro Regional de Segurança Social sobre instituições de solidariedade social do concelho, procurando conceder acordos de cooperação apenas sob cedências políticas atentatárias dos interesses do concelho e das opções democráticas das suas instituições, designadamente aquelas vocacionadas para o apoio, entre outros, a terceira idade.

Acerca de declarações de Jardim e Amaral

1. Em declarações feitas recentemente, os presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira assumiram posições da maior gravidade, dando cobertura ao separatismo e incentivando as suas actividades subversivas.

Depois de Mota Amaral ter afirmado não ver «inconveniente nenhum» na legalização da organização separatista que tem operado nos Açores, dizendo-se mesmo «pronto ao diálogo» com ela, Alberto João Jardim fez o elogio dos terroristas da organização separatista da Madeira e dos seus atentados, definiu autonomia como «o meio termo entre a independência e a integração» e considerou o Arquipélago da Madeira como «um território autónomo sob administração portuguesa».

2. O Partido Comunista Português alerta para a gravidade de tais declarações, que põem em causa a unidade da nossa Pátria, a integridade do Estado Português, que atentam abertamente contra a Constituição e contra os fundamentos da soberania nacional.

É inaceitável, para os portugueses (do Continente, dos Açores ou da Madeira), que chefes de Governos Regionais

considerem legítimas e pretendam legalizar actividades separatistas ou façam a sua apologia, ou que insinuem que as Regiões Autónomas não fazem parte da Nação e do Estado Português, que estão sujeitas a uma administração exterior.

3. Desde o 25 de Abril, sempre o separatismo tem aparecido como um instrumento das forças reacţionárias voltadas contra a democracia, o progresso, os interesses das massas trabalhadoras e desfavorecidas, e também como um instrumento do imperialismo norte-americano.

Não é certamente por acaso que ele aparece agora de novo evocado, numa ocasião em que — a par da intensificação das campanhas abertamente subversivas lançadas no quadro da grave crise económica, social e política causada pela acção do Governo PS/PSD — se regista em amplas camadas do Povo português o crescimento da vontade e a esperança numa viragem política que abra novos rumos na defesa, consolidação e desenvolvimento da democracia portuguesa.

Esta forma de chantagem surge também quando a bancarrota financeira põe a nu a

desastrosa acção do Governo de Alberto João Jardim e quando Mota Amaral sofre sérios reveses eleitorais e políticos.

4. O PCP considera a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, consagrada na Constituição da República, como uma relevante conquista da Revolução de Abril, uma aquisição importante do Estado democrático e condição para uma melhor resolução dos problemas, carências e anseios das populações das Regiões Autónomas. Entretanto, o PSD e as outras forças reacţionárias que têm dominado os Governos Regionais, não só não permitiram a realização desses objectivos, como demonstraram que o que procuram fundamentalmente é perpetuar o seu domínio e impedir a implantação nas Regiões Autónomas do regime democrático com toda a sua plenitude e consequências.

5. O PCP denuncia o silêncio do Governo PS/PSD perante as graves declarações feitas pelos presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

O PCP considera que tais declarações impõem uma clara tomada de posição por parte dos competentes órgãos do Poder democrático e por parte das forças democráticas.

Pelo seu lado, o PCP, com a mesma firmeza com que defende a plena aplicação nos Açores e na Madeira da autonomia consagrada na Constituição, denuncia e combate todas as pretensões de reactivação das manobras e atentados separatistas contra a unidade nacional, contra a legítima ordem constitucional democrática.

26 de Dezembro de 1984

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

ASSEMBLEIAS DO PCP

NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Freguesia de Tavadrede

Foram 70 os delegados que participaram na recente Assembleia da Organização do PCP da freguesia de Tavadrede, uma das freguesias mais importantes da Figueira da Foz.

«Com o PCP mais forte, resolver os problemas locais, mudar de política, mudar a vida, Governo Soares/Pinto rua!» — foi o lema desta Assembleia, que decorreu de forma bastante viva e participada.

Registaram-se durante os trabalhos 14 intervenções nomeadamente sobre problemas concretos da freguesia, sobre a situação política e social e também sobre o reforço do Partido e o melhoramento da actividade política dos comunistas.

Na Comissão de Freguesia do PCP, organismo eleito pela Assembleia, estão 10 camaradas que se com-

prometem a dar o melhor do seu esforço no trabalho de direcção da actividade partidária na conhecida freguesia.

A Assembleia terminou com uma sessão-festa que reuniu cerca de 120 pessoas, numa atmosfera de entusiasmo e alegria. Para isso contribuiu certamente a actuação do Grupo de Cantares Populares de Buarcos.

Ponto alto dessa sessão foi a aprovação de um documento sobre a situação das empresas têxteis da zona, especialmente sobre o desemprego e os despedimentos. Refira-se que só no último mês o grupo Unites despediu 180 trabalhadores.

A Assembleia dos comunistas de Tavadrede decorreu nas instalações do Grupo Musical Carritense.

Hospital Distrital

«Saúde para o Povo, nova política, Governo para a rua!» — foi sob este lema que decorreu recentemente a 1.ª Assembleia da Célula do PCP no Hospital Distrital da Figueira da Foz.

Participaram nos trabalhos cerca de 30 delegados e alguns convidados, que se reuniram nas instalações da Associação Comercial e Industrial.

O debate proporcionou uma análise significativa à situação e às tarefas em todas as frentes de trabalho, da actividade sindical ao trabalho na Casa de Pessoal, passando por questões de funcionamento da unidade hospitalar e da acção da

célula, tendo-se salientado a necessidade do seu reforço.

O debate da Assembleia envolveu delegados e convidados. As intervenções centrais foram 12.

No encerramento dos trabalhos usou da palavra o camarada Vasco Paiva, membro do Comité Central. A situação política actual foi tema em foco na sua intervenção, seguida com interesse por todos os presentes.

A noite, delegados e convidados reuniram-se de novo mas desta vez para uma confraternização no restaurante Manuel da Parreira.

Marinha Mercante

No Centro de Trabalho de Santos, em Lisboa, realiza-se hoje um plenário de militantes do sector da Marinha Mercante. A reunião é às 18 e 30 e destina-se a discutir a situação na Marinha Mercante e as tarefas do Partido perante a actualidade política.

Pioneiros da Brandoa

É claro que os Pioneiros da Brandoa não iam deixar passar estes dias sem fazer uma festa daquelas que gostam de organizar para as crianças de toda a freguesia. O núcleo escolheu desta vez uma data entre o Natal e o Ano Novo — o próximo sábado, 29 —, e vai celebrar os melhores tempos que 85 há-de trazer ainda com uma árvore de Natal gigante e a tradicional lembrança, pequenina que seja a todos os participantes.

Na carta que enviaram ao «Avante!», não se esqueceram

de nos dizer que para isso foi preciso ter muitas ajudas e que as tiveram — de muitos «crecidos», da Junta de Freguesia, dos comerciantes locais.

A festa, que se realiza no Polivalente da Brandoa decorada pelas próprias crianças, começa logo às 10 horas e prolonga-se pela tarde com muitas surpresas e actividades para todos se divertirem. E ali há-de estar, dizem eles, «a amizade que une s crianças da Brandoa e as crianças de todo o mundo».

TEMPO DE ANTENA DO PCP na RTP1

Quinta-feira
27 de Dezembro
a seguir ao Telejornal

Nacional

Milhares de reformados protestam nas ruas

Milhares de reformados, pensionistas e idosos integraram-se no último sábado na marcha da fome que decorreu entre o Terreiro do Paço e o Rossio, em Lisboa, numa impressionante afirmação de protesto contra a política seguida pelo Governo PS/PSD que degrada a cada dia que passa para níveis de subsistência perfeitamente inaceitáveis as condições de vida desta larga camada da nossa população.

Acompanhados de bandeiras negras e de panos onde davam conta das suas reclamações, respeitando ao longo do trajeto

um pesado silêncio que comoveu quantos na ocasião efectuavam as suas compras de Natal na «Baixa» da capital, os manifestantes concentraram-se depois no Rossio onde se realizou um comício.

A iniciativa desta acção — que teve realizações idênticas em Aveiro, Leiria, Santarém, Évora e Beja — partiu do MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) e ao seu apelo responderam núcleos de reformados dos distritos de Lisboa e Setúbal, nomeadamente de S. Domingos de Rana, Vila Franca de Xira, Odivelas,

Pontinha, Alhandra, S. Vicente de Fora, Vialonga, Setúbal, Arroios, Sacavém, Barreiro, Moita, Baixa da Banheira, Almada, Pinhal Novo, Montijo, Alhos Vedros, Lavradio, Falagueira e Marvila.

Durante as intervenções que preencheram o comício ficou patente a indignação dos manifestantes pelas reformas de miséria e pela degradação das condições de habitação e de saúde, tendo os reformados presentes considerado que a «melhor prenda» que lhes poderia ser dada era a «demissão do Governo».

Numa intervenção sobre o problema da habitação,

Rogério Mendes, da Comissão Distrital de Lisboa do MURPI, referindo-se concretamente ao projecto de lei do aumento das rendas de casa, considerou que ele atingirá em primeiro lugar «os que têm os contratos de arrendamento mais antigos, que são precisamente os mais gravosamente penalizados e aumentados com esta lei».

Para António Gomes, da Distrital de Setúbal, no plano da saúde a coisa está «cada vez pior», a todos os níveis, desde a assistência médica e hospitalar até ao «aumento vergonhoso dos medicamentos».

A última intervenção coube a Duarte Gomes, da Coordenadora Nacional, que depois de lembrar a descida constante do poder de compra dos reformados chamou a atenção para o «orçamento privativo de 4,5 milhões de contos» de que dispõem os membros do Governo para as suas deslocações ao estrangeiro e para os seus vencimentos de «mais de 260, 250, 240 contos, conforme os encargos, enquanto os reformados têm de viver com pensões de 2820, 4500, 6490 escudos».



Juventude

As delegações estrangeiras e o Congresso

Do convidado cubano, com emoção Um poema que é um testemunho

Trinta e uma delegações estrangeiras estiveram presentes no 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. Desde o primeiro minuto, dizem-nos, sentiram a juventude e a força da JCP.

Para uns, foi «um congresso jovem», para outros ainda «um congresso internacionalista». Todos eles sentiram «a vontade e a determinação da juventude portuguesa em defender as conquistas da sua revolução».

Foi assim que os delegados estrangeiros sentiram o Congresso da JCP e, enquanto o representante da Organização da Juventude Moçambicana, Gabriel Pereira, cantava emocionado o hino dos Pioneiros na sessão de encerramento

que nos ficará para sempre na memória, o camarada Oscar García, da Juventude Comunista de Cuba, escreveu um poema a que chamou Portugal e que dedicou ao «congresso internacionalista»:

Te devuelvo el amor/que me entregaste/en la alegría de tus jóvenes/en la pasión de unas madres/que me hicieron soy una tarde/en las canciones de combate aprendidas/en la figura/de um padre/depositando sus banderas invencibles/en queres continuaram la obra/te devuelvo el amor/que me entregaste/pero no el corazón/onde lo guardo/ese quedó en Portugal/defendiendo junto a ustedes/el derecho a la sonrisa.



O Chile vencerá. De certeza!

• Depoimento de César Navarro

Na noite de sábado, aquando da sessão internacionalista do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, anunciava-se a intervenção do camarada César Navarro, representante da Juventude Comunista do Chile. De imediato, todo o pavilhão se levanta para dizer, em uníssono, que «O Chile vencerá».

Horas mais tarde, em conversa com o «Avante!», César Navarro faz-se eco da mesma certeza de hoje e de futuro: «a ditadura chilena vai cair a curto prazo e a saída a encontrar,

seja a democracia burguesa, seja a democracia popular, será muito mais avançada do que a situação vivida em 1973».

De facto, desde há um ano que o povo chileno participa em massa nas jornadas nacionais de luta contra aquela que é uma das mais sanguinárias ditaduras fascistas da América Latina, e daí a convicção de que Pinochet e os seus homens de mão já só se sustêm pela força das armas e que tal situação não se prolongará por muito mais tempo.

Depois? Por enquanto, uma incógnita. Os comunistas chilenos apontam duas saídas. Ou uma democracia burguesa, ou uma democracia popular. Qual delas seguirá em frente? «Tal depende da resistência, do grau de organização, de consciencialização e de rebelião do povo chileno». Por enquanto uma só certeza: é que qualquer delas será muito mais avançada do que a existente em 1973, antes do golpe que levou Pinochet e seus acólitos ao poder e muitos milhares de chilenos para a morte, para a

tortura, para a prisão, para o exílio e para a clandestinidade.

Esta, em traços muito gerais (o quanto o permitiu o trajeto hotel/pavilhão do Sacavenense) as perspectivas que se abrem para o povo chileno, há 11 anos em luta contra a ditadura fascista de Pinochet.

Uma luta que, para ser vitoriosa, necessita da solidariedade activa do Povo português e de todos os povos do mundo — esta a mensagem que César Navarro trouxe ao 2.º Congresso dos jovens comunistas.

Para que nunca mais haja fascismo e guerra

• Depoimentos de Reiner Huhle e Werner Van Hagen

Em 1985 realiza-se em Moscovo o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Nesse mesmo ano, que a ONU proclamou Ano Internacional da Juventude, comemora-se o 40.º aniversário da Vitória sobre o nazifascismo.

Para a juventude da RDA, bem como para a da RFA, são dois acontecimentos indissociáveis. Quarenta anos atrás, o Exército Vermelho libertou Berlim; nessa altura, quarenta anos passados, é em Moscovo que milhares e milhares de jovens de todo o mundo se vão reunir sob o lema «Pela solidariedade anti-imperialista, pela paz e pela amizade».

Tanto na RDA como na RFA, a juventude mobiliza-se em torno do Festival, para que,

também com a sua luta, nunca mais nenhuma guerra parta do solo alemão.

«Para nós — diz-nos Reiner Huhle, secretário do Comité Central da FDJ, da RDA —, «também o 40.º aniversário da libertação do nosso povo pela União Soviética é um evento importante. No seio da juventude organizada preparamos um vasto programa, uma vez que para nós é uma oportunidade rara de lutarmos para que nunca mais haja fascismo e guerra. Assim, há poucos dias lançámos uma campanha sob o lema «A minha acção pelo reforço e defesa da nossa sociedade. Tudo pela paz».

«Como sabem», continua, «fomos duas vezes anfitriões do Festival Mundial da Juven-

tude e dos Estudantes, e hoje alegremo-nos pela realização do XII Festival ser em Moscovo, quarenta anos que são passados sobre a vitória da luta contra o nazifascismo. Nesse sentido, desenvolvemos muitas acções nas escolas e nas empresas e está marcada uma série de manifestações nacionais da juventude, que são momentos altos na preparação do Festival de Moscovo».

«Pela solidariedade anti-imperialista, pela paz, pela amizade», foi, aliás, a palavra de ordem do festival da FDJ que em Junho reuniu mais de 750 mil participantes.

Por outro lado, e num país como a RFA, que luta diária-

mente contra a instalação de mais mísseis norte-americanos no seu território — para os jovens da RFA, diz-nos Werner Van Hagen, membro da organização estudantil da RFA, Spartakus, «este 40.º aniversário tem uma importância particular porque as raízes fascistas ainda existem, nomeadamente por parte do governo».

Além do mais, com a instalação dos novos mísseis dos EUA em território alemão agudiza-se o perigo de uma nova guerra na Europa, e por isso — continua — «faremos desta data uma manifestação importante na luta pela paz, contra a instalação de novos mísseis na Europa. Nesta luta pela preservação da Paz também está incluída a preparação do Festival».

Programa do Governo madeirense

Nem o PSD acredita nas suas «soluções»...

O debate sobre o programa do Governo Regional da Madeira encerrou na quinta-feira passada no Funchal com a intervenção dos líderes de todos os partidos representados na Assembleia Regional e a do presidente do governo. A votação final do programa, consubstanciada numa moção de confiança entretanto apresentada pelo governo do PSD, teve como resultado a sua aprovação por maioria, votando favoravelmente a bancada do PSD, com a abstenção do PS e os votos contra do PCP, CDS e UDP.

Na sua longa intervenção, A.J. Jardim renovou os seus ataques à situação política nacional, criticando duramente a política económica do Governo da República, para além das habituais diatribes contra a Constituição e o sistema político-constitucional. Não faltaram também as ameaças à oposição, em particular ao PCP, bem como a chantagem sobre o Continente, lembrando os primeiros anos depois do 25 de Abril de 1974 na Região. Mário Aguiar, na sua intervenção final fez o balanço do debate realizado e sublinhou a posição do PCP:

«Terminado o debate pode-se constatar que as dúvidas, as incertezas, os problemas levantados não foram respondidos e que, desta vez, a arrogância e a forte demagogia que caracterizam o discurso do PSD apresentaram falhas evidentes, como se os seus próprios autores não tivessem a certeza daquilo que afirmavam.» (...) «A falta de perspectivas do PSD levou-o a centrar todas as esperanças deste programa numa hipotética ajuda da CEE. No entanto, ficou bem demonstrado, neste debate, que nem o próprio Governo Regional acredita muito na perspectiva da CEE.» (...) «Todos assistimos à forma como o PSD procurou levar a discussão para temas totalmente alheios à realidade regional. O anticomunismo à antiga, estilo antes do 25 de Abril, já há muito tempo que não tinha tanta expressão nesta Assembleia. Tal significa apenas a incapacidade do PSD em responder às perguntas levantadas sobre a situação da Região e o seu futuro.»

«O G R», afirmou o deputado do PCP, «continua a fugir à realidade. Há que desenvolver modesta e duramente a débil economia da Região. Há que acabar com projectos grandiosos que não geram qualquer aumento da produção. Há que aproveitar harmoniosamente todos os sectores produtivos. O apoio à agricultura e à pesca tem que se tornar uma questão prioritária, sem que com isso se desfavoreçam os outros sectores económicos, nomeadamente o turismo.»

No entanto, acentuou Mário Aguiar, «uma política deste tipo exigiria também outro tipo de governo. A verdade nua e crua é que uma política baseada em contenção de gastos na actividade produtiva, em projectos seguros, embora sem lucros rápidos, não interessa à clientela política do PSD»; «é toda uma política inconsequente, demagógica, totalmente virada para as obras de fachada, que está posta em causa. A fachada abre fendas, e quando se tornarem maiores ficará bem patente que, por detrás dessa linda aparência, apenas existia o vazio. Há que alterar rapidamente esta política. As reivindicações e necessidades da população, a luta dos trabalhadores, constituirão o contributo decisivo para essa mudança».

Um Programa que ignora os problemas da Região

Durante os dois dias anteriores estivera em debate o Programa do governo de A.J. Jardim saído das eleições regionais de Outubro.

Com a presença do presidente do governo e dos membros do seu gabinete, que produziram intervenções relativas às respectivas Secretarias Regionais, o Programa foi alvo de duras críticas por parte dos partidos da oposição, centradas fundamentalmente nas questões da grave situação económica e financeira da Região e nas perspectivas sombrias da evolução da situação no futuro.

Os problemas da autonomia, relacionados com a aprovação do protocolo secreto de 5 de Julho negociado entre os dois governos e recentemente divulgado, foram também objecto de duras críticas à governação regional, pelo seu carácter autolimitativo dos poderes autonómicos.

O PCP, através do seu deputado Mário Aguiar e no tempo regimentalmente concedido, formulou ao governo perguntas sobre questões de política geral e sobre a situação dos trabalhadores com salários em atraso (situação que começa a alastrar na Região e que foi objecto, na semana finda, de um projecto de decreto legislativo regional apresentado pelo PCP).

Nas suas intervenções, o deputado do PCP debruçou-se sobre vários aspectos do Programa do governo. Salientamos as seguintes:

«Este programa não é mais do que um conjunto de generalidades, de declarações de boas intenções, tudo extremamente vago e a cheirar ainda a propaganda eleitoral.

«Por outro lado, este programa, nalguns pontos, copia integralmente o programa apresentado em 1980, gerando a situação caricata de termos o PSD, quatro anos depois, a afirmar que vai fazer aquilo que não chegou a concretizar minimamente durante este período. Neste aspecto, as matérias dedicadas à agricultura são exemplares. Há objectivos programáticos que são repetidos como se nada tivesse sido feito. E, também aqui estamos de



acordo com a análise do PSD — nada foi feito que contribuisse para a melhoria da produção agrícola. Aliás, o programa foge dos números como o diabo da cruz, mas é bem sabido que todos os índices estatísticos apontam para a regressão nos variados sectores da agricultura da Região».

Projectos na gaveta ... e castelos no ar

«Quanto ao objectivo de contenção da inflação, apontado como central em 1980, esse já desapareceu discretamente dos grandes objectivos do programa actual. O que se percebe perfeitamente: todos sabemos que, com esta política, apenas nos espera o crescimento acelerado da inflação. E torna-se necessário dizer que, ao contrário do que o Governo Regional afirma, tal inflação não é só importada, pois cresce a uma taxa bastante mais acelerada do que a do resto do País.»

«Da comparação entre os dois programas resulta que as perspectivas para os trabalhadores e para o povo da Região são consideravelmente agravadas, no próprio texto. E se isto é assim no programa o que não irá ser na realidade! Entre as medidas inovadoras aparece até o combate aos «preços políticos», o que apenas quer dizer que os preços dos produtos essenciais irão subir espectacularmente. Este programa de governo não consegue esconder a realidade e a vida demonstrará o total fracasso da actual política.»

Poder local

Presente aos bracarenses: aumentos brutais em Janeiro

Transportes, água, e impostos e taxas municipais vários acabam de ser aumentados por decisão da Assembleia Municipal de Braga, ratificando propostas do executivo camarário presidido por Mesquita Machado. Isto, apesar da firme oposição sempre manifestada pela APU, mais uma vez vencida pela maioria absoluta do PS detém nos dois órgãos.

No que respeita aos transportes urbanos, os bilhetes pré-comprados passam a custar mais 25%, percentagem ligeiramente superior à que agravará os passes sociais. Aluguer de contadores e metro cúbico de água são aumentados em 20 e 25%, e a taxa de ligação e restabelecimento em 66%, passando de 300\$00 para 500\$00. Do recibo da água passará igualmente a constar uma nova taxa de recolha, depósito e tratamento do... lixo!

E, pondo o carro à frente dos bois com a habitual falta de escrúpulos, eis que, além do aumento da ligação à rede de saneamento, para a conservação desta os proprietários dos prédios vão ser obrigados a pagar taxas agravadas, segundo coeficientes previstos no anteprojecto para actualização das rendas de casa, que como se sabe ainda nem sequer foi discutido na Assembleia da República! Significa isto que o proprietário de um prédio antigo, mesmo sem ter podido aumentar as rendas que cobra, terá que pagar quase cinco vezes mais do que na actualidade como taxa de saneamento.

Segundo a Comissão Concelhia de Braga do PCP, que numa nota pormenoriza os aumentos, estes haviam já aparecido na Assembleia Municipal quando da discussão do Plano e Orçamento da Câmara e foram logo nessa altura motivo de protesto e denúncia pública da APU: visa assim a maioria PS «subsidiar desde já as obras de fachada a inaugurar no próximo ano como suporte à campanha eleitoral de Mesquita Machado e seus pares». Autores mais que provados de uma política municipal demagógica, corrupta e incompetente, segundo o modelo do paternal governo, com estes aumentos — acrescenta a Concelhia do PCP — só vêm «reafirmar a necessidade de se lutar contra esta maioria absoluta do PS na Câmara e na Assembleia Municipal, assumindo-se a APU como única alternativa válida, competente e honesta com quem os bracarenses podem contar».

APU de Águeda acusa município

A inexistência de Plano de Actividades e Orçamento para o próximo ano na Câmara Municipal de Águeda é atribuída pela APU deste concelho à incompetência do presidente da Assembleia Municipal, a quem responsabiliza, juntamente com o presidente da Câmara, por este atraso, num comunicado emitido recentemente.

«Ai se recorda que a apresentação do Plano e Orçamento deveria ter ocorrido em reunião da Assembleia Municipal no mês de Novembro mas que tal sessão não se realizou, «não cumprindo assim os prazos estabelecidos na lei». A APU pergunta ainda se a Câmara «está a pensar não fazer quaisquer obras no próximo ano» ou se «as querendo fazer a seu bel-prazer, sem qualquer planificação, dando prioridade aos amigos e compadres». Para a APU de Águeda as origens da situação estão na «incompetência do presidente da Assembleia Municipal (PS) e na quase total paralisação em que se encontra a Câmara Municipal (PSD/CDS)».

Eleitoralismo na Câmara de Tábua

Prometer para o próximo ano «o que não foi capaz de fazer em oito anos», é um acto evidente de eleitoralismo, segundo acusa a comissão da APU da Freguesia de Midoses referindo-se à Câmara Municipal de Tábua especificando mais adiante, no primeiro número da sua folha informativa: «Isto de a Câmara vir agora prometer 32 673 contos para 1985 só pode ser demagogia para caçar votos nas próximas eleições». Acusa igualmente o executivo camarário de má gestão e de recurso exagerado a empréstimos. A APU de Midoses tece ain-

da críticas à Assembleia de Freguesia local, a qual não tem reunido e, concretamente, tem desprezado questões tão importantes como o cemitério e o respectivo caminho de acesso, as valetas e iluminação pública da Freguesia.

Festas de Natal APU

As autarquias da APU promovem, em geral, diversas festas alusivas ao Natal, quer dedicadas à população em geral, quer a sectores específicos (crianças, reformados, etc.) ou aos próprios trabalhadores do município. É o caso, por exemplo, da Juntá de Freguesia de Almada (que realizou no passado dia 14 um espectáculo particularmente virado para as crianças); da Câmara Municipal de Moura que realizou a 21 a uma festa de Natal para os filhos dos trabalhadores da Câmara e a 22, pela 4.ª vez consecutiva, a Festa do Lar de S. Francisco, para idosos; ou ainda no município de Almada, com espectáculos para reformados, deficientes e trabalhadores das autarquias e seus familiares.

Barreiro: Jornadas sobre Meio Ambiente mudam de data

Segundo informa o departamento de informação e relações públicas da Câmara Municipal do Barreiro, as Jornadas Sobre Meio Ambiente que estavam previstas para o passado dia 15 de Dezembro, foram transferidas para 19 de Janeiro do próximo ano. Esta iniciativa tem como objectivos discutir de forma alargada a problemática do meio ambiente no concelho de Almada, com vista à resolução dos problemas mais agudos.

SFLUR de Torres Novas promove «Jogos Florais»

A Sociedade Filarmónica Lealdade União Ribeirense, de Ribeira Ruiva (Torres Novas), vai promover pela terceira vez consecutiva e a partir do mês de Fevereiro de 1985, uma iniciativa cultural subordinada ao título genérico de «Jogos Florais/85». É um concurso, está bem de ver, onde se pode concorrer nas modalidades de conto, poesia (quadra e poema), fotografia, pintura, desenho e modelagem. Em cada modalidade serão considerados os trabalhos infantis e classificados separadamente.

AM de Santarém aprova orçamento ilegal

Segundo uma nota da Coordenadora da APU do Concelho de Santarém, «a maioria da Assembleia Municipal de Santarém, à semelhança do que já fizera na Câmara, aprovou — desta vez apenas com os seus votos — um plano de «Actividades» e Orçamento ilegal. É ilegal porque, contrária pelo segundo ano consecutivo o Decreto-Lei n.º 341/83 (aprovado pela maioria PS/PSD) — que estipula a impossibilidade das despesas correntes poderem, em qualquer caso, serem iguais ou superiores às receitas correntes. Apesar desse preceito legal, aquelas ultrapassaram em mais de 31 mil contos as receitas correntes».

Para além desse facto, «e como já ficara demonstrado na Câmara e agora pelos vogais da APU naquele órgão autárquico, o Plano de «Actividades» para 1985 encerra um vastíssimo conjunto de intenções, mas não se inscrevendo no orçamento as verbas capazes de assegurar a concretização das acções descritas: ao invés, o seu início e/ou conclusões ficam adiadas «sine die».

O documento assinala finalmente o eleitoralismo que está por trás disto tudo, conduzido pelo presidente PS, Ladislau Botas, e correligionários.

Internacional

"Guerra das estrelas" preocupa aliados da NATO

As tradicionais mensagens de Ano Novo, cujos apelos à paz e à concórdia se tornaram quase um *pro forma* em todo o mundo, têm este ano como pano de fundo uma realidade pouco consonante com as aspirações da humanidade. Trata-se da guerra das estrelas que laboriosamente tem vindo a ser estudada pelos EUA e que em Janeiro conhecerá um salto qualitativo com a missão do «vai-ven» espacial norte-americano «Shuttle» que será, pela primeira vez, totalmente militar.

A guerra das estrelas tem dominado de facto nos últimos dias o panorama político internacional, dando azo a diferentes e mesmo contraditórias declarações dos aliados de Washington, numa clara demonstração de que muito continua por discutir no que se refere a esta questão.

Num breve balanço, recorda-se que enquanto em Washington se anunciavam os novos passos do «programa cósmico», na Grã-Bretanha a imprensa referia as preocupações manifestadas por Margaret Thatcher e Mikhail Gorbachev sobre o assunto, ao mesmo tempo que punha a tónica na importância da visita do dirigente soviético a Londres no âmbito do desanuviamento internacional.

Mas logo de seguida a mesma imprensa dava notícias contraditórias sobre as prováveis consequências da nova

missão espacial norte-americana nas conversações de Genebra, em Janeiro, entre George Schultz e Andrei Gromyko sobre o controlo de armamentos, e da visita de Thatcher a Reagan chegavam informações do apoio, condicionado embora, à instalação de armas no espaço.

Se se tiver em consideração, por outro lado, a passagem da dirigente britânica por Pequim, cujas ligações com os EUA no que se refere à corrida aos armamentos se têm vindo a estreitar cada vez mais, seguida de imediato pela deslocação à China de um responsável soviético, tem-se um intrincado quadro da situação de cuja visão, mesmo parcial, o mínimo que se pode dizer é que nada tem de pacífica.

Notória, no entanto, como a agência soviética Tass salientou no sábado passado, é a **mutuosa actividade propa-**

gandística dos Estados Unidos a favor da militarização do cosmos, com a participação activa de Reagan e de diversos responsáveis do Pentágono e da Agência Nacional Aeroespacial norte-americana (Nasa).

Na semana passada, por exemplo, porta-vozes daqueles dois organismos anunciaram que a cosmonave «Discovery» a lançar no espaço em Janeiro terá a bordo uma carga militar. O «Washington Post» afirmou a propósito que tal carga se refere ao satélite-espião «Signit», cuja missão é transmitir informações sobre ensaios de mísseis e interceptar comunicações soviéticas via rádio, telefone e satélite. Na mesma altura em que a Nasa se recusava a fornecer informações sobre a duração da missão espacial e sobre as regiões que o vai-ven deve sobrevoar, a imprensa norte-americana anunciava o peso crescente do Pentágono nestas missões, fazendo notar como o complexo militar tomava cada vez mais activamente parte dos programas inicialmente apresentados como de pesquisa.

A confirmar estas informações refere-se a participação entre a tripulação do major

da Força Aérea Gary Payton, que tirou um curso de treino especial de manejo de engenhos orbitais militares, bem como a declaração do brigadeiro Richard Abel, porta-voz daquela Força, segundo o qual **existem planos para lançar no cosmos, até 1990, mais de trinta cargas militares**. De acordo com a imprensa dos EUA, **mais de um terço dos 311 voos de vai-vens programados estão oficialmente reservados pelo Pentágono**, que está a construir um conjunto especial de lançamento na base aérea de Vandenberg, no Estado da Califórnia.

Não menos relevante foi o anúncio, pelo Pentágono, das primeiras encomendas — dez — às companhias de fabrico de armamentos no âmbito das pesquisas de armamentos cósmicos.

Embora o montante destes primeiros contratos seja considerado modesto — cerca de um milhão de dólares cada um — sabe-se desde já que as novas encomendas serão da ordem dos muitos milhares de milhões de dólares. Entre os primeiros contratos figuram alguns dos mais conhecidos consórcios militares, como a «Lockheed», a «Hughes Air-

craft», «Martin Marietta», «McDonnell-Douglas» e «Rockwell».

A preocupação dos aliados

O subsecretário de Estado dos EUA, Kenneth Dam, reconheceu a semana passada, durante uma conferência de imprensa em que fez o balanço da política externa norte-americana no ano que agora termina, que os planos do presidente Reagan de militarização do cosmos **preocupam os aliados da Nato**, mas que isso não impedirá o seu desenvolvimento.

Não se trata propriamente duma novidade, como de resto nada do que foi dito durante o encontro com os jornalistas, em que no essencial foram defendidas as práticas belicistas e intervencionistas que caracterizaram a gestão de Reagan desde o início do seu mandato. Mas é interessante assinalar, uma vez mais, o completo desprezo de Washington pelas opiniões dos seus aliados e a decidida aposta na militarização em nome da pseudo-dissuasão.

As afirmações de Margaret Thatcher no sábado, após o seu encontro com Reagan, são um bom exemplo disso. A «dama de ferro», conhecida pelas suas múltiplas afinidades com a política de Washington, disse aos jornalistas que o go-



verno britânico **apola as investigações norte-americanas no que respeita à instalação de armas no espaço, ainda que considere a necessidade de negociações prévias antes da sua efectiva instalação**.

Defendendo que **é preciso conduzir estas pesquisas por questões de «equilíbrio»**, mas que o projecto da guerra das estrelas **não deverá ser instalado sem negociações com a URSS**, a dirigente britânica, ainda que insistindo na identidade de posições entre a Grã-Bretanha e os EUA na matéria, estava na prática a manifestar uma preocupação comum a todos os parceiros da NATO.

Como já foi referido publicamente, as inovações que o projecto da guerra das estrelas

trará em matéria de armamentos reduz efectivamente a zero todos os ditos sistemas de defesa e dissuasão actualmente existentes. E os EUA ficarão a partir daí com uma capacidade de intervenção que não será apenas ameaçadora para a URSS e para os países socialistas. A partir das «estrelas», todos se podem transformar em alvo, incluindo os aliados.

Por outro lado, por mais que se partilhe a política da administração Reagan, nenhum aliado pode deixar de considerar as inevitáveis consequências que a militarização do espaço trará para as relações internacionais, já de si tão perturbadas com a ameaça do holocausto nuclear. É por demais evidente, como referia a Tass, que **são totalmente infundadas as esperanças de**

Washington de que a URSS **aguarde calmente que os EUA construam o seu escudo antimissil destinado a desencadear uma agressão com toda a facilidade**.

Poder-se-á estar de novo à beira de uma nova e terrível corrida aos armamentos, se os projectos de Washington forem avançados. E ninguém, nem os aliados da NATO, encaram essa possibilidade de ânimo leve. Compreende-se que não poderá ser a URSS a única a manifestar boas intenções em matéria de desarmamento. E que as esperanças colocadas no encontro de Genebra só se tornarão realidade com um efectivo empenhamento dos EUA.

Para que tal suceda, há que empenhar todas as forças, em todo o mundo.

PAQUISTÃO

Uma farsa eleitoral em nome do Islão

O ditador Zia Ul-Haq, que preside aos destinos do Paquistão desde o golpe militar de Julho de 1977, considerou-se reeleito na passada quinta-feira para um mandato de mais cinco anos, na sequência de um referendo destinado a avaliar o processo de islamização do país.

O referendo, anunciado inesperadamente a 1 de Dezembro pelo general Ul-Haq, foi denunciado de imediato pelas forças da oposição como mais uma manobra do regime militar para institucionalização da ditadura, utilizando a arma da religião num país onde a esmagadora maioria da população (cerca de 97 por cento) é muçulmana, apresentando de forma propositalmente dúbia a questão central a referendar.

Na verdade, o general Zia Ul-Haq anunciara de antemão que caso o referendo desse os «resultados esperados», permaneceria no poder durante mais cinco anos e promoveria em Março próximo «eleições islâmicas». E para que não houvesse surpresas o regime militar tomou todas as medidas para que os resultados fossem «os esperados». Assim, foram proibidas todas as críticas à sua política, ao mesmo tempo que se determinou que nenhum órgão institucional, nem sequer o Supremo Tribunal, poderia controlar o desenrolar da consulta eleitoral.

Os partidos políticos não puderam esclarecer o eleitorado do verdadeiro alcance do referendo, ficando-se pelo apelo à abstenção. Abstenção que no entanto a ditadura combateu de todas as formas, chegando o próprio Zia Ul-Haq a dispensar os votantes de apresentar

identificação, a alargar o prazo de votação por mais uma hora, para além de toda a espécie de táticas coercivas utilizadas, em particular nas zonas rurais.

Mesmo assim, de acordo com os dados oficiais, votaram pouco mais de metade dos eleitores, o que nas condições actuais de repressão e censura em que se vive no Paquistão é revelador do isolamento do regime militar.

Tem sido de resto esse isolamento que tem impedido a ditadura de levar a cabo as suas próprias promessas, como a realização de eleições, previstas para 90 dias logo após o golpe de Julho de 1977 e que têm vindo a ser sucessivamente adiadas. A exemplo de outros ditadores, Zia Ul-Haq parece ter descoberto as farsas eleitorais para garantir a sua permanência no poder com a fachada do apoio popular. Assim, em Novembro último, começou a defender as «eleições islâmicas», que garantem uma selecção estrita dos eventuais candidatos e afastam à partida quaisquer liberdades democráticas.

A transformação do regime militar num regime confessional provocou de imediato diversas reacções no país, incluído no seio da ditadura combateu na base da demissão do ministro do Interior, Mahmoud Haroon, considerado até então como



As condições de vida no Paquistão são cada vez piores sob a ditadura de Zia Ul-Haq

um dos seus membros mais influentes.

Também o Movimento para a Restauração da Democracia (MRD), que agrupa onze partidos da oposição, reagiu às manobras do ditador, tendo anunciado que boicotará quaisquer eleições que não se processem de acordo com a constituição de 1973, suspensa pela lei marcial do general Zia, que proíbe todas as actividades políticas, as greves e as manifestações.

O MRD, que considerou o referendo de fraude e susceptível de pôr em causa a existência do país, acusou entretanto o regime militar de procurar através da dita «islamização» justificar a sua permanência no poder, buscando junto do clero e das camadas menos esclarecidas da população o

apoio de que necessita. A nível internacional, a opção «islâmica» visa congregar as ajudas financeiras dos regimes árabes mais conservadores, para além de constituir uma excelente garantia à defesa dos interesses imperialistas, em particular norte-americanos.

Sob a fachada da institucionalização do poder, os militares querem garantir uma pseudo-paz social sem quaisquer liberdades democráticas, onde o imperialismo tenha todas as garantias de poder actuar livremente. A proximidade da Índia com cue faz fronteira, e a União Soviética, são alguns dos «atributos» que os EUA apreciam no Paquistão. A crescente militarização do país não é estranha e esta proximidade. Como o não são as manobras políticas de Zia Ul-Haq.

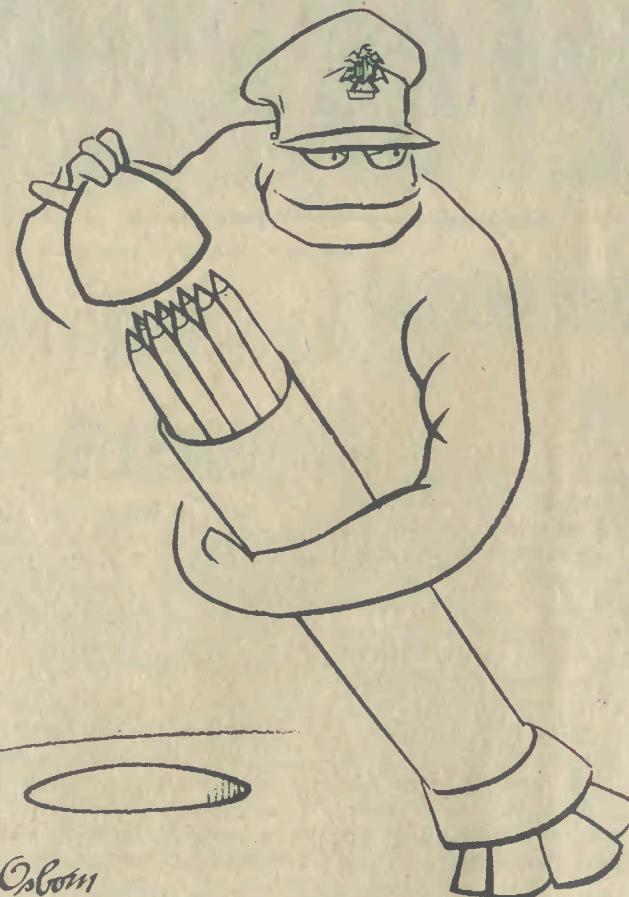
Nuclearização de Israel

O fabrico de armas nucleares por Israel preocupa cada vez mais os estados do Médio Oriente, que acusam os EUA de fornecerem aos sionistas todo o apoio necessário para a realização do projecto de nuclearização israelita.

Uma notícia recente publicada no jornal saudita «Al-Shark» afirmava, citando fontes de Washington, que Israel possui actualmente vectores de armas nucleares, entre os quais 244 aviões «F-4», «F-15» e «F-16» de fabrico norte-americano, capazes de transportar uma carga militar nuclear de Telavive a Damasco em 15 minutos, ao Cairo em 24 minutos e a Bagdade numa hora e seis minutos.

Segundo aquele jornal, o exército israelita possui também mísseis tácticos norte-americanos «terra-terra» com um raio de acção de 500 quilómetros, o que lhe permite ter sempre no alvo as capitais dos estados árabes vizinhos; em preparação estão entretanto mísseis de mais longo alcance. O emprego de armas nucleares na guerra israelo-árabe tem sido entretanto defendido por vários políticos israelitas o que, a verificar-se, será não apenas um grave perigo para o Médio Oriente, mas também para todo o mundo.

A denúncia desta situação coincidiu com o recrudescimento das hostilidades no sul do Líbano, ocupado por Israel, onde os sionistas lançaram novas acções de repressão da população. A Frente Patriótica Democrática do Líbano afirmou a propo-



sito que a repressão brutal dos ocupantes israelitas em relação ao sul do Líbano prova que Telavive acalenta planos agressivos e expansionistas e que Israel utiliza as conversações militares, que decorrem em An-Nakur, para consolidar a sua presença no Líbano.

As relações soviético-britânicas

A visita da delegação do Soviete Supremo da URSS à Grã-Bretanha, chefiada por Mikhail Gorbachev, decorreu por ocasião do 60.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países e traduziu-se por um saldo muito positivo, apesar das divergências existentes numa série de questões.

De acordo com um comentarista soviético, Valentin Kramer, embora as relações soviético-britânicas nem sempre se te-

nam desenvolvido em linha ascendente, a experiência da concretização do tratado de longo prazo entre os governos da URSS e do Reino Unido sobre o desenvolvimento da cooperação económica, técnico-científica e industrial, assinado há dez anos, em Maio de 1974, mostra que a cooperação entre os dois países pode ser bastante frutuosa. Programas concretos preparados em conformidade com este acordo tornaram-se a base para a concretização de grandes projectos económicos, como a construção, na URSS, com a assistência de companhias britânicas, de fábricas para a produção de metanol e polietileno, os fornecimentos de equipamentos britânicos para os maiores gasodutos e outros.

Apesar das potencialidades desta cooperação não estarem a ser aproveitadas em pleno, este ano registaram-se passos bastante positivos nesse sentido, sendo a visita de Gorbachev a Londres considerada como mais um aspecto relevante das relações entre os dois países.

O diálogo político da URSS com a Grã-Bretanha, que se tem vindo a desenvolver, mostra por outro lado que a contribuição de ambos pode ser da máxima importância para a defesa da causa da paz.

Mais desemprego na Europa

Os peritos da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), alertam, em relatório agora divulgado, que o desemprego nos países da OCDE atingirá, até meados de 1986, um total de 32 milhões de pessoas.

De acordo com o estudo daquela organização, só na Europa Ocidental, onde o número de desempregados é o maior desde a Segunda Guerra Mundial, haverá em 1986 cerca de 20,5 milhões de desempregados, o que corresponde a 11,8 por cento da população activa. Um em cada quatro jovens com menos de 25 anos estará, naquele ano, sem emprego!

O aumento do desemprego será o preço a pagar pela Europa pela redução do ritmo de desenvolvimento da economia norte-americana, em consequência da elevada dependência económica dos países membros da OCDE dos EUA. Os peritos prevêem que o ritmo do crescimento da economia dos EUA passará dos cerca de 8 por cento do primeiro semestre de 84 para apenas 3 por cento do mesmo período de 1986. Também os países em vias de desenvolvimento serão duramente afectados por esta situação.

Festival Mundial da Juventude

A Comissão Preparatória soviética do XII Festival Mundial da Juventude e Estudantes, que decorrerá em Moscovo de 27 de Junho a 3 de Agosto de 1985, concluiu já, em termos gerais, o programa cultural que a capital soviética oferecerá aos seus convidados durante o evento.

O referido programa prevê a realização de com espectáculos diários de variedades, circo, bailado, música clássica e folclórica, para além de todo o programa especial no funcionamento de museus, teatros e cinemas.

Na apresentação da arte soviética participarão cerca de 35 mil jovens, representando todas as Repúblicas da URSS; trata-se dos vencedores dos concursos que estão a decorrer na URSS, no âmbito do Festival Nacional da Juventude que se realiza sob o lema da vitória sobre o nazifascismo.

Entretanto, em Washington, jovens americanos divulgaram uma declaração em que expressam o seu desejo de fazer amizade com os jovens de todo o mundo. O documento, entregue aos alunos da escola da embaixada da URSS em Washington e distribuído em mais de seis mil escolas dos EUA, está assinado por 250 mil jovens norte-americanos, e será entregue ainda aos representantes dos vários países na capital norte-americana.

Como afirmou o pai de um dos alunos signatários, a ideia do reforço da amizade entre os jovens de diversos países é excelente, porque o destino do nosso planeta dependerá, em grande medida, da atitudes dos nossos filhos para com os seus amigos no estrangeiro.

O objectivo dos jovens norte-americanos não podia ser mais legítimo: **conseguir reforçar a compreensão entre nós e garantir um futuro seguro**.

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições Avante!



Compreensão e amizade entre os jovens de todo o mundo, uma aspiração partilhada também pelos jovens dos EUA